



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

GIOVANNA GUARESE BORGES GONÇALVES

***FUTEBOL DAS QUEBRADAS: uma análise sobre suas contribuições no
atendimento da medida socioeducativa na UAMA do Paranoá***

Brasília – DF
2018.

Giovanna Guarese Borges Gonçalves

***FUTEBOL DAS QUEBRADAS: uma análise sobre suas contribuições no
atendimento da medida socioeducativa na UAMA do Paranoá***

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade de Brasília - UnB como requisito
para a obtenção do grau de bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Camila Potyara Pereira.

Brasília – DF

2018

Giovanna Guarese Borges Gonçalves

FUTEBOL DAS QUEBRADAS: uma análise sobre suas contribuições no
atendimento da medida socioeducativa na UAMA do Paranoá

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, da estudante Giovanna Guarese Borges Gonçalves.

Camila Potyara Pereira (Orientadora)

Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida (Examinadora Interna)

Camila Rosa Fernandes de Souza (Examinadora Externa)

Brasília – DF
2018.

AGRADECIMENTOS

Esse momento é mais que especial. Nenhuma palavra consegue expressar meu sentimento de gratidão por toda essa jornada. Eu agradeço a todas as pessoas e a todos os momentos que passaram e fizeram parte da minha trajetória durante esses 4 anos. Foram quatro anos de muito aprendizado, reflexões, mudanças, desconstruções, construções, lutas, afetos, lágrimas e sorrisos abertos. Realmente não existem palavras que descrevem. Eu não seria a Giovanna se não fossem vocês.

Eu agradeço a toda espiritualidade companheira que me amparou e me fez olhar pra Giovanna de uma forma diferente; mais consciente, mais compreensiva e mais profunda. Loci Loci Logun! A todas e todos que vieram antes de mim. E também ao meu reencontro com a Fraternidade TXAI e todo o Universo que a gente é.

Eu agradeço a mim mesma. Todas as Giovannas que deixei guardadas, que eu descobri e que eu quero ser! Cada vez mais tenho orgulho de quem venho me tornando.

Eu agradeço as/aos professoras/es do departamento de Serviço Social pelo conhecimento e pela abertura do novo olhar sobre o mundo. Que em tempos tão difíceis, possamos estar juntas na luta por uma sociedade livre de qualquer tipo de discriminação e exploração. Em especial, à minha orientadora Camila Potyara pela parceria, paciência, afeto e contribuições e à convidada para a banca Patrícia Pinheiro pela força, articulações políticas, pelo carinho e presença. E também ao movimento estudantil, às gestões do CASESO (Axé e Resistência) e a todos os momentos de militância que me proporcionaram reflexões, força, gases de pimenta e muitos exemplos de resiliência.

Eu agradeço a todas/os as/os servidoras/es da Unidade de Atendimento em Meio Aberto Paranoá e todas/os as/os adolescentes que eu tive a incrível oportunidade de conhecer e com elas/es aprender um grande tanto. Se desde o início eu soubesse da gigantesca e rica experiência que eu iria ter, não exultaria em escolher o Meio Aberto. Agradeço em especial às/aos envolvidas/os no Projeto Futebol das Quebradas (equipe da UAMA, professore e adolescentes) por proporcionar esse vínculo especial. E também a minha supervisora e também componente da banca, Camila Rosa pelo exemplo, pela força, pelas reflexões

teóricas-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, pelas angústias divididas, pelos sorrisos, pelas batalhas de rima, pela parceria e companheirismos... por todos os momentos compartilhados.

Eu agradeço às/aos minhas/meus amigas/os pelo afeto, pela troca, pelo aprendizado, pelas reflexões conjuntas, pelos momentos de bagaceira, pelas incontáveis horas de estudo, pela presença, pela reciprocidade e pelo carinho. Guardo vocês no meu coração! Sou agradecida profundamente por fazerem parte dessa trajetória.

Eu agradeço à minha querida família, em especial meu pai e minha mãe, pelo incentivo, pelo apoio, pelo esforço, pela compreensão e pelo amor de vocês. Eu os amo muito!

RESUMO

Este trabalho analisa as contribuições que o Projeto *Futebol das Quebradas* proporciona no atendimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade na Unidade de Atendimento em Meio Aberto no Paranoá. A constatação das colaborações desse Projeto para os adolescentes e para a equipe multiprofissional foi realizada a partir das percepções do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, da execução do Projeto de Intervenção referente e das legislações em vigor sobre o sistema socioeducativo. O trabalho também propõe um aporte teórico sobre os elementos que estruturam a formação sociohistórica brasileira em contexto de capitalismo dependente e seus reflexos no sistema socioeducativo. A partir também desses determinantes, como o Esporte e o Lazer são entendidos na sociedade e os impactos dessa configuração. Dessa forma, entende-se que o desenvolvimento do Projeto que explore essas duas áreas dinamiza o atendimento socioeducativo, tornando-o mais atrativo para os adolescentes e mais proveitoso para os servidores, e contribui no âmbito objetivo e subjetivo dos mesmos.

Palavras-chave: Medida socioeducativa. Esporte. Futebol. Lazer. UAMA. Crianças e adolescentes

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LA – Liberdade Assistida

PIA – Plano Individual de Atendimento

PNE – Política Nacional do Esporte

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

SDG – Sistema de Garantia de Direitos

SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

UAMA – Unidade de Atendimento em Meio Aberto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
Justificativa	11
Metodologia	12
 CAPÍTULO I – A dinâmica da socioeducação no contexto brasileiro.....	14
1.1 Sistema capitalista à brasileira	14
1.2 Os debates do sistema socioeducativo	20
 CAPÍTULO II – Do dever de trabalho ao direito à preguiça e ao lazer	35
2.1 Entendendo o Lazer na sociedade capitalista	35
2.2 O Esporte e seus condicionantes.....	40
 CAPÍTULO III – Bora bater um “racha”: <i>Futebol das Quebradas</i> em questão ...	46
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

INTRODUÇÃO

As Medidas Socioeducativas, explicadas de forma simples, são instrumentos utilizados pelo Estado como resposta para adolescentes que cometeram algum ato infracional. Eles se dão por meio de sanções jurídicas, que buscam garantir a integração dos direitos e a promoção social do adolescente por meio da responsabilização e conscientização de sua conduta infracional, a fim de despertar novas possibilidades e projetos de vida e, assim, desenvolver uma consciência do exercício de sua cidadania para prevenir a reincidência de novos atos infracionais. Existem seis medidas socioeducativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviço à comunidade, inserção em regime de semi-liberdade e internação em estabelecimento educacional.

No Distrito Federal, as Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA's) são as executoras das medidas socioeducativas de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviço à comunidade (PSC). Segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), a LA “será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente” (CONANDA, 2006, p. 96) e a PSC “consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimento congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais” (CONANDA, 2006, p. 96).

Neste sentido, os projetos coletivos são possíveis atividades a serem desenvolvidas que contemplem as proposições abordadas nos eixos do SINASE no cumprimento dos objetivos das medidas socioeducativas. Os Parâmetros Socioeducativos (CONANDA, 2006) apresentam o quarto Eixo como Esporte, Cultura e Lazer.

O lazer e cultura são elementos fundamentais na construção do ser humano e são capazes de contribuir para a formação dos adolescentes, como preconiza o SINASE. É fato que esses direitos são secundarizados e essa configuração decorre de vários motivos: seja estigmatização do lazer, seja pela dificuldade de acesso e condições precárias do transporte público, ou pela criminalização dos movimentos que ocorrem nas periferias, principalmente com uso da violência policial, legitimados pelo racismo e sua (i)lógica de tirar a humanidade dos sujeitos perpassando todos os âmbitos que envolvem a questão do trabalho, do acesso dos direitos, da cultura.

Além disso, a própria lógica punitivista e burocrática presente nas instituições impede o desenvolvimento de atividades pedagógicas e culturais, tanto pela negligência ao tema quanto pela não priorização de recursos e força de vontade dos atores em questão.

Como estamos vivendo um estágio progressivo de retirada dos direitos, sentido principalmente pela classe trabalhadora, grande parte da sociedade tende a acreditar que o acesso à cultura é um privilégio da classe que tem maior poder aquisitivo. Ora, compreender a cultura como um direito social, requer entendê-la de forma universal, acessível e descentralizada, portanto voltado para o desenvolvimento social e garantindo, assim, cidadania através da consolidação e ampliação dos direitos culturais (LUCENA, 2017, p. 3).

Como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social, consta a realização de Estágio Supervisionado. Meu campo de estágio foi na Unidade de Atendimento em Meio Aberto (UAMA) do Paranoá, Distrito Federal. Assim, esse Trabalho de Conclusão de Curso é fruto de experiências vividas e reflexões obtidas no referido estágio, em que tive a oportunidade de atestar a riqueza da oferta de atividades coletivas como uma das possibilidades que compõem o atendimento socioeducativo, principalmente, por meio do Projeto *Futebol das Quebradas*.

Este Projeto envolve a recreação e prática desportiva, oferecendo um espaço-tempo propício à realização de atividades socioeducativas que levem em conta não apenas o lado recreativo, mas também a potencialidade de aprendizagem e desenvolvimento subjetivo dos socioeducandos. Esse se constitui como um espaço que possibilita a participação em um território de paz e fraternidade e uma atividade que explora a consciência, a reflexão, a responsabilidade, a coletividade, a autoestima e a autonomia, favorecendo o protagonismo.

Dessa forma, buscou-se a resposta para a seguinte *questão de partida*: Quais são as contribuições que a prática do futebol pode proporcionar para a política de socioeducação no Meio Aberto e para os socioeducandos? Para respondê-la, delimitou-se como o *objeto de pesquisa* o projeto *Futebol das Quebradas* e o atendimento de socioeducandos da Unidade de Atendimento em Meio Aberto no Paranoá com mecanismo de fortalecimento da autoestima e da autonomia dos adolescentes.

Em consonância, o trabalho tem como *objetivo geral* compreender de que forma o projeto *Futebol nas Quebradas!* pode contribuir para o alcance dos objetivos das medidas socioeducativas em meio aberto executadas na UAMA Paranoá. Além disso, foram traçados os seguintes *objetivos específicos*: 1) compreender a importância de projetos coletivos no atendimento dos socioeducandos e o porquê de serem escassos; 2) entender como o esporte e o lazer são vistos pela sociedade e como isso reflete no sistema socioeducativo e; 3) analisar as contribuições tanto para os servidores quanto para os socioeducandos do Projeto *Futebol das Quebradas*.

Como *hipótese* foi estabelecido que o desenvolvimento de projetos coletivos e atividades em grupos, mais especificamente o projeto de futebol, contribui para maior adesão ao cumprimento da medida socioeducativa, além de tornar esse processo mais atrativo e interessante para a dinamização do trabalho profissional e para o desenvolvimento de habilidades e formação de uma identidade humana, social, cultural, política dos adolescentes atendidos.

Justificativa

Esse tema de pesquisa foi escolhido durante a minha experiência no Estágio Supervisionado 1 e 2, que, como exposto anteriormente, realizei na Unidade de Atendimento em Meio Aberto do Paranoá. É importante ressaltar que, além de ser um tema que me desperta interesse, foi durante o período de estágio na UAMA que eu me aproximei da temática, criei vínculos, participei e, inclusive, desenvolvi meu Projeto de Intervenção.

Para além da trajetória percorrida, destaco que uma das percepções que tive refere-se às potencialidades existentes nos espaços coletivos que desenvolvem temas de interesse, que aproximam ou que perpassem a vida dos adolescentes. É importante apostar nesses espaços. Destaco, portanto, a necessidade de olhar para as possibilidades construídas, que muitas vezes não são valorizadas pelos servidores que compõe o sistema socioeducativo.

Em face da escassez de estudos sobre o potencial do esporte para socioeducandos do DF, acredito que este trabalho pode fornecer importantes reflexões que contribuam para a construção de um olhar crítico e socialmente comprometido sobre os adolescentes do Projeto *Futebol das Quebradas*. Além

disso, considero importante a produção de trabalhos que deem visibilidade às vozes e trajetórias das socioeducandos para que, assim, a categoria de Assistentes Sociais possa se fortalecer na atuação coerente com o Projeto Ético-Político e com o Código de Ética na luta por uma sociedade diferente.

Metodologia

Se a metodologia “é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade” (MINAYO, 2002, p. 16), e considerando que “o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva” (NETTO, 2011, p. 20), a concepção teórica-metodológica utilizada nesse trabalho é a materialista- dialética.

A proposta é analisar o objeto e suas múltiplas determinações, superando sua aparência na busca por alcançar sua essência. Compreende-se que as relações humanas são determinadas pelo modo de produção capitalista, que define as configurações sociais, políticas, econômicas, culturais e pelo movimento histórico do mesmo, respeitando as particularidades locais dos fenômenos.

Desse modo, a tentativa de explicar e compreender o objeto deste projeto parte de uma análise da totalidade da vida humana, levando em consideração as categorias de contradição e mediação e o entendimento que essa apreensão real do objeto é um processo.

[...] precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada ao objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação (NETTO, 2011, p. 25).

Nessa perspectiva, para realizar essa pesquisa e alcançar os objetivos esperados, as técnicas foram a observação de campo, os resultados obtidos no Projeto de Intervenção do Estágio Supervisionado, as contribuições do diário de campo e a análise teórica e documental.

O trabalho divide-se em três capítulos: o primeiro discute a formação social brasileira no contexto de capitalismo dependente e suas repercussões no sistema socioeducativo e no segundo capítulo aponta-se a discussão da cultura, lazer, esporte e os determinantes para as relações sociais. Com um aporte teórico já estabelecido, o terceiro capítulo expõe e análise as contribuições do Projeto *Futebol das Quebradas* na UAMA do Paranoá.

CAPÍTULO I – A dinâmica da socioeducação no contexto brasileiro

1.1 Sistema capitalista à brasileira

Para se referir ao universo da socioeducação, suas legislações, seus determinantes e contradições, é necessário, antes, compreender quais são as estruturas, as ideologias e as concepções que influenciam a dinâmica da sociedade na qual o sistema socioeducativo está inserido. A sociedade em que vivemos, com a centralidade voltada para o trabalho, historicamente estruturada pelo racismo e suas diversas expressões, baseada na mercantilização dos direitos e de uma política neoliberal de sustentação, lida de uma forma muito certa com o que e quem foge de seus parâmetros: a punição.

É necessário considerar o modelo produtivo que estruturou as relações na nossa sociedade – modo de produção capitalista – para entender suas influências e determinações nas relações sociais da vida humana, nas configurações do Estado e na construção de uma ideologia hegemônica que norteia os processos de tomada de decisões. É fato que, de acordo com o contexto político, econômico, social, cultural, e com as condições históricas objetivas favoráveis, a forma com que o capitalismo se desenvolve varia de país para país, respeitando, em âmbito mundial, a diversidade de formações das nações e a dinâmica do desenvolvimento desigual e combinado¹.

A experiência histórica demonstra, contudo, que o capitalismo mundial está longe de ser uma totalidade homogênea e contínua. Ao contrário, como o demonstra a América, o padrão de poder mundial que se conhece como capitalismo é, fundamentalmente, uma estrutura de elementos heterogêneos, tanto em termos das formas de controle do trabalho-recursos-produtos (ou relações de produção) ou em termos dos povos e histórias articulados nele. Em consequência, tais elementos se relacionam entre si e com o conjunto de maneira também heterogênea e descontínua, ou mesmo conflitiva. E são eles mesmos, cada um deles, configurados da mesma maneira (QUIJANO, 2005, p. 128).

O capitalismo, baseado na lei geral de acumulação, se sustenta por meio do lucro obtido da exploração da força humana, mas também de uma ideologia que a permite. Por ser um sistema contraditório perverso que, na mesma medida em que produz riquezas, gera pobreza, os momentos de crise são inerentes e uma

¹ Sobre isso ver Löwy (1995).

oportunidade favorável para o capitalismo se reinventar, garantindo a sua manutenção e sobrevivência.

Quanto maior a acumulação de riqueza, por meio da crescente produtividade do trabalho, maiores serão a exploração e a manipulação da força de trabalho como mercadoria especial e, concomitantemente, maiores serão os índices de pobreza e de acumulação de miséria, desemprego e expansão de um exército de reserva de trabalhadores ativos, ou de uma superpopulação relativa, tornada disponível para a constante usurpação da propriedade privada da mais-valia decorrente da exploração do trabalho socialmente produzido (PEREIRA, 2016, pp. 49-50).

A sua capacidade de transformação, na busca exacerbada pela acumulação e satisfação de suas necessidades, deixa intacto esse princípio. Ainda que com outras roupagens, a essência continua a mesma.

Outro elemento importante a ser destacado é a construção de um pensamento hegemônico, por meio da reprodução de seus ideais, que legitima suas ações e sua sobrevivência. Por meio da mídia, das próprias relações sociais, culturais e econômicas, de todos os elementos que interferem na socialização da vida humana, é criado um senso comum que vai ao encontro dos seus ideais, lembrando que a competitividade, a meritocracia e o individualismo são características que estão presentes nessa reprodução. E, apesar de parecer ontológica e inabalável, ela pode sim ser contestada a partir do processo de tomada de consciência², enfrentando e indo de encontro com a lógica posta.

Nenhum modo de pensamento se toma dominante sem propor um aparato conceitual que mobilize nossas sensações e nossos instintos, nossos valores e nossos desejos, assim como as possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Se bem-sucedido, esse aparato conceitual se incorpora a tal ponto ao senso comum que passa a ser tido por certo e livre de questionamento (HARVEY, 2008, p. 15).

A lógica mercantil que transforma as necessidades do capital em necessidades humanas influencia todos os espaços e áreas da vida em sociedade – a educação, a saúde, a justiça, a cultura, a economia, a política; a construção objetiva e subjetiva da sociedade, entranhando, desse modo, as diversas possibilidades existentes nas relações humanas. É importante destacar, também, que essa dinâmica ocorre de maneira dialética, entendendo que se existe a lógica

² Sobre isso ver Iasi (1999).

hegemônica, também existe a luta, a resistência e o enfrentamento, constituindo uma correlação de forças, que abre possibilidades de mudanças, ainda que insuficientes, para superar esse sistema.

As configurações do sistema capitalista vêm se atualizando a partir da dinâmica dos acontecimentos e do curso da própria história, não abandonando o norte da acumulação. Em resposta à crise de 1970 e, com o marco do Consenso de Washington³ na década de 1990, um novo molde vem sendo implementado nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais dos Estados em âmbito mundial, respeitando as particularidades históricas. É o neoliberalismo, um projeto de sociedade que, segundo Harvey (2008), além de ter adentrado de forma tão profunda no cotidiano das pessoas como uma visão de mundo⁴, se baseia na lógica que as livres relações de mercado e do comércio vão garantir os direitos individuais, especialmente a propriedade privada. Portanto, sugere-se uma mínima intervenção estatal e o protagonismo do mercado.

De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado (HARVEY, 2008, p. 75).

Dentre os efeitos dessa configuração, está a transferência para o mercado da responsabilidade de execução de serviços básicos, principalmente os que envolvem as políticas sociais. Por meio da privatização, da mercantilização e da desregulamentação, e, assim, da focalização e precarização, há um intenso processo de destituição e de desmonte dos direitos duramente conquistados e ainda em conquista pela sua efetiva implementação.

Essas convicções, que expressam uma fé cega no mercado como sistema natural que se auto-regula, dada a sua inata tendência ao equilíbrio e ao progresso, podem ser assim resumidas: a) a liberdade econômica é requisito básico da política e é irreconciliável como igualdade social administrada pelo Estado; b) a desigualdade social é

³ “O FMI e o Banco Mundial se tornaram a partir de então centros de propagação e implantação do “fundamentalismo do livre mercado” e da ortodoxia neoliberal. Em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis do mercado de trabalho mais flexíveis e privatização. Foi inventado assim o “ajuste estrutural” (HARVEY, 2008, p. 38).

⁴ Referência em IASI (1999).

resultado inevitável, portanto natural, da liberdade individual. Mas essa desigualdade é positiva porque induz os indivíduos, por esforço próprio, a superá-la e a desenvolver competições que fortalecem a economia e facilitam alocações eficientes de recursos; c) a privatização das políticas públicas é essencial para conferir inovação e progresso ao processo econômico; d) a estabilidade monetária acompanhada de disciplina orçamentária para conter gastos com bem-estar, deve ser a prioridade dos governos. Em decorrência, o Estado deve ser, de um lado, forte para imprimir essas mudanças e romper com o poder da classe trabalhadora organizada e, de outro lado, fraco, ou mínimo, nas suas intervenções sociais (PEREIRA, 2003, p. 205-206).

Não se pode negar, porém, a existência de um limite nessa mínima intervenção, considerando a necessidade que o sistema capitalista tem de um agente ator e reproduzidor de seus interesses e necessidades de manutenção, com um alcance territorial como o Estado.

Para ampliar o entendimento sobre como a desresponsabilização do Estado com a execução das políticas sociais/dos direitos sociais é fundamentada, cabe trazer a contribuição de Harvey (2008, p.76):

Embora a liberdade pessoal e individual no mercado seja garantida, cada indivíduo é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles.

Assim, os princípios da meritocracia e competitividade não só são legitimados, como incentivados e ainda servem como justificativa da desigualdade social, bem como refletem, no âmbito das relações sociais, no individualismo e na auto-responsabilização.

Além do neoliberalismo, o neoconservadorismo tornou-se hegemônico. Esta corrente – surgida nos EUA nos anos 1960 para contrapor os movimentos pacifistas anti Guerra do Vietnã, hippies, pelos direitos civis dos negros, feministas e LGBT – fundou-se na defesa dos valores morais tradicionais, na família patriarcal, na supremacia da cultura Ocidental, em especial a dos EUA e no Estado forte, internacionalmente interventor (imperialista) e garantidor da manutenção da ordem e dos bons costumes (PEREIRA, 2016).

A lógica capitalista de produção e reprodução, como dito anteriormente, tem configurações particulares a depender da história, determinadas por fatores territoriais, econômicos, culturais, sociais e políticos. Portanto, olhar para a formação do Brasil é entender os elementos que são singulares à nossa dinâmica de

existência e que compõe a relação intrínseca ao capitalismo, inscrevendo a âmbito mundial o Brasil como um país de capitalismo dependente⁵.

O capitalismo na América Latina se desenvolveu dentro do contexto da expansão e evolução do capitalismo mundial. Em função disso, assumiu forças específicas que, sem negar as leis gerais do movimento do sistema, configuraram no continente tipos específicos de capitalismo dependente, cujo caráter e modo de funcionamento estão intrinsecamente conectados à dinâmica que assume historicamente o capitalismo nos países centrais (BAMBIRRA, 2015, p.3).

A formação sociohistórica, do Brasil, assim como a de outros países latino-americanos, teve como elemento determinante na constituição das relações sociais um devastador processo de roubo, de dominação, de aniquilação de cultura, de identidade e de formas de existência: a colonização. O sistema colonial, por meio da escravização de indígenas e africanos e da exploração das riquezas naturais, estabeleceu uma dinâmica mundial de hierarquização entre os países.

A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. [...] no processo de constituição histórica da América, todas as formas de controle e de exploração do trabalho e de controle da produção-apropriação-distribuição de produtos foram articuladas em torno da relação capital-salário (de agora em diante capital) e do mercado mundial. Incluíram-se a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário (QUIJANO, 2005, 117).

Assim, não tem como analisar a sociedade de forma crítica e real sem considerar a herança do período colonial escravista. Esse período consolidou elementos ideológicos, culturais, econômicos, políticos e sociais que estruturaram as relações no país, tanto no enraizamento do racismo, como, posteriormente, na constituição do capitalismo. Mesmo com a transição do período colonial para a

⁵ Para aprofundar a categoria, ler Bambirra (2015). “É nesse sentido que partimos da conceitualização da categoria *dependência*, mas não a utilizamos conforme o fez em certos momentos a ciência oficial, que buscou encontrar nesta categoria a explicação de um pretenso *fenômeno externo* e coercitivo da situação latino-americana. Tratamos de redefini-la e utilizá-la como a categoria analítico-explicativa fundamental da conformação das sociedades latino-americanas e, através dela, procuramos definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes. (BAMBIRRA, 2015, p. 38)

consolidação do capitalismo no Brasil e a constituição do trabalho assalariado, não se rompeu com as relações de poder e dominação sobre a população negra. Pelo contrário, a discriminação se aprofundou e se aperfeiçoou, agora, com o diferencial das características relações capitalistas.

O discurso racista conferiu as bases de sustentação da colonização, da exploração da mão-de-obra dos africanos escravizados, da concentração do poder nas mãos das elites brancas locais no pós-independência, da manutenção de um povo super explorado pelas intransigências do capital. [...] Já a pobreza negra não pode ser explicada exclusivamente pelas dinâmicas do capital. Para esse segmento a pobreza foi construída enquanto possibilidade e utilizada como instrumento para a redução das condições de vida ao longo de todo o percurso histórico. (FLAUZINA, 2008, pp. 12;102-103).

A consequência da construção de uma ideologia, sustentada por ações individuais e coletivas, que inferioriza a população negra, baseada no poder de dominação e na perpetuação de valores, é a desumanização. Desumanização essa que interfere na complexidade da vida humana até hoje: desde o nascimento, na relação com a família, com as outras pessoas (afetivas e de convívio), consigo mesmo; no roubo da identidade, da história e da ancestralidade; nos espaços negados, principalmente aqueles considerados de “prestígio social”; no acesso a direitos sociais, como educação, saúde, lazer, segurança, seja no direito de estar vivo; nos espaços profissionais e de trabalho.

Em vista disto a imagem do negro tinha de ser descartada da sua dimensão humana. De um lado havia necessidade de mecanismos poderosos de repressão para que ele permanecesse naqueles espaços sociais permitidos e, de outro, a sua dinâmica de rebeldia que a isso se opunha. Daí a necessidade de ser ele colocado como irracional, as suas atitudes de rebeldia como patologia social e mesmo biológica (MOURA, 1988, p. 23).

Para conformar a ausência do Estado no que diz respeito à proteção social, legitimar a discriminação, configurar o racismo velado, talhar os movimentos de resistência e deslegitimar suas demandas, foi concebido o mito da democracia racial. Esse pensamento afirma ser o Brasil um país que não existe racismo e que somos todos iguais, não levando em consideração que a diferença é tratada com dominação e contribuindo, assim, para um não olhar diretamente para a situação e perpetuação do racismo.

O que significa isto em um país que se diz uma democracia racial? Significa que, por mecanismos alienadores, a ideologia da elite dominadora introjetou em vastas camadas de não-brancos os seus

valores fundamentais. Significa, também, que a nossa realidade étnica, ao contrário do que se diz, não iguala pela miscigenação, mas, pelo contrário, diferencia, hierarquiza e inferioriza socialmente de tal maneira que esses não-brancos procuram criar uma realidade simbólica onde se refugiam, tentando escapar da inferiorização que a sua cor expressa nesse tipo de sociedade (MOURA, 1988, p. 63).

Portanto, é imprescindível definir o que se entende da categoria raça. De uma forma breve, as contribuições de Gomes (2005) trazem a historização sobre a categoria. A ideia de raça baseada em aspectos biológicos, os quais foram argumento de dominação e discriminação, principalmente como justificativa da colonização e escravização, é totalmente invalidada e negada. E a afirmação enquanto um conceito histórico e social, baseado na análise da realidade brasileira – estruturada por meio da formação do Brasil já comentada e a perpetuação das relações racistas mascaradas por uma falsa abolição. A construção de um pensamento cruel e perverso que estrutura uma relação de dominação, hierarquização, poder e desumanização com os diferentes, no caso, negros e não negros.

Nesse contexto, podemos compreender que as raças são, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que, aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa 'forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos, na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar (GOMES, 2005, p. 49).

Nesse sentido, entender a formação sociohistórica do Brasil e lógica capitalista e racista presente colaboram no desvelamento de elementos que estruturam as relações sociais aqui estabelecidas, e, portanto, também permeiam o campo da socioeducação. As influências no sistema socioeducativo, bem como considerações importantes a serem destacadas serão abordadas no próximo tópico.

1.2 Os debates do sistema socioeducativo

As políticas sociais destinadas a crianças e adolescentes e o tratamento às infâncias⁶ podem ser observados durante a formação do Brasil, desde o regime colonial-escravista ao presente. Neste trabalho, não se aprofundará na história do trato e das legislações destinadas a esse público, mas compreende-se a importância do seu movimento histórico⁷ para o desenvolvimento das abordagens até o momento atual.

É importante destacar elementos que permeiam a forma como as infâncias são vistas, tratadas e estudadas. Esses elementos são fruto das relações sociais construídas no processo de escravização e consolidação do capitalismo. Como foi abordado anteriormente, dentro do contexto particular do Brasil, são associadas às relações autoritárias e repressivas com a desigualdade social. No trato às infâncias, não seriam diferentes, principalmente quando se referem à crianças e adolescentes tanto pobres, quanto negros.

No que se refere ao caso específico das políticas sociais dirigidas à infância, prevaleceu, no Brasil até o presente, a “necessidade” de controle da população pobre, vista como “perigosa”. Manteve-se, pois, o abismo infranqueável entre infâncias privilegiadas e menores marginalizados. Impuseram-se reiteradamente propostas assistenciais, destinadas a compensar a ausência de uma política social efetiva, capaz de proporcionar condições equitativas de desenvolvimento para crianças e adolescentes de qualquer natureza (RIZZINI, PILOTTI, 2009, p. 16-17).

As trajetórias percorridas durante a infância são influenciadas por fatores objetivos e subjetivos. Seja no acesso aos direitos sociais e as necessidades humanas básicas⁸, por meio das políticas sociais – educação, transporte, segurança, saúde, lazer, esporte, assistência, trabalho –; seja no enfrentamento a discriminações de raça, gênero; seja na construção das relações com a família e a comunidade. Todos esses fatores determinam a construção da identidade pessoal e constituem a adolescência como um processo peculiar de desenvolvimento.

A adolescência poderá se tornar uma fase mais difícil devido às desigualdades (de renda, raciais, de gênero, de orientação sexual, entre outras), à violência, à falta de acesso às políticas públicas e à falta de perspectiva de ingresso no mundo do trabalho. Tais fatores

⁶ É colocado no plural a fim de que possa ampliar o entendimento sobre a infância, considerando que existem diversas possibilidades de contextos, determinadas por condições sociais, econômicas, culturais e territoriais.

⁷ Para o aprofundamento, ler Rizzini; Pilotti (2009).

⁸ Ver Pereira (2011).

têm influencia direta na autoestima e no reconhecimento social dos adolescentes (BRASÍLIA, DF, 2016, p. 17).

Além desses fatores, é preciso levar em consideração a relação com a sociedade: se tratando das relações constituídas no modo de produção capitalista e com as manifestações do racismo, as relações no geral são pautadas pela lógica lucrativa e pelo preconceito racial. Com a desigualdade social e racial consolidada, existe um estereótipo do criminoso no país: o adolescente negro da periferia. Estereótipo que, se para alguns é vantajoso, na medida em que, com o medo da população, recebem o aval para combater esses alvos das formas mais perversas, para outros – a juventude negra, é muito cara: sofrem na pele a face mais dura do Estado.

É justamente dentro desse projeto estético (*medo*), alicerçado pelos parâmetros da pureza e da limpeza social, que o racismo passa a se constituir enquanto pedra angular fundamental no recrutamento dos indivíduos pelo sistema penal. Mais: desde uma imagem que vem sendo historicamente construída como caricatura do mal, a negritude aparece como o emblema por excelência, o alvo mesmo a ser removido do convívio social sadio, que deve ser preservado a qualquer custo. Assim, se os corpos nunca saíram da mira preferencial do sistema, dentro de um processo de marginalização de amplos contingentes, ocupam, como sinalizamos, o primeiro lugar no cardápio indigesto do neoliberalismo (FLAUZINA, 2008, pp. 89-90)

Cabe destacar que um elemento determinante para a adolescência é o processo de estigmatização⁹, sustentado e reproduzido constantemente pelos meios de comunicação. Essa imagem em que adolescentes pobres e negros são vistos como marginais, suspeitos, “trombadinhas” e mais, responsáveis pela sua própria situação de vulnerabilidade, é legitimada também pela sociedade que, se apoiando nesse senso comum e comprando essa ideia hiperdimensionada de insegurança, contribui ativamente no reforço do preconceito.

Isto é, para controlar adolescentes marginais, violentos, trombadinhas, bagunceiros, folgados e criminosos, desde a escravização, a solução é a mesma:

⁹ “[...] o processo de estigmatização é capaz de produzir, de forma permanentemente, na subjetividade da pessoa ainda em desenvolvimento um sentimento de profundo descrédito, defeito, fraqueza, desvantagem. Assim, os marcadores sociais, isto é, os determinantes objetivos do estigma – raça, classe, gênero, ou idade – somam-se a interpretação subjetiva, que diz respeito à atribuição negativa (ou de inferioridade) que se dá à dimensão objetiva” (BRASÍLIA, DF, 2016, p. 16).

repressão¹⁰ e violência. Esse imaginário social, simbólico e ideológico legitima ações violentas e violadoras dos direitos humanos.

O sistema penal, já seletivo na criminalização das condutas, é identificado como também altamente seletivo na escolha de seu cliente, instituindo mecanismos de filtragem, desde a ação policial e passando pelo sistema de Justiça, que aumentam significativamente a probabilidade de apenamento de cidadãos ajustáveis a estereótipos de idade, gênero, raça e, sobretudo, de classe social. Percebe-se, assim, o sistema de Justiça Penal como um sofisticado e dinâmico instrumento de controle social e sustentador de uma ordem conveniente às elites dominantes e que torna as prisões, invariavelmente, um depósito de pessoas pobres (FRASSETO, 2006, p. 316).

Essa seletividade em considerar o que é crime, escolhendo sujeitos específicos e criando uma cultura do medo é funcional ao sistema, na medida em que movimenta recursos financeiros na busca falha de uma solução que não atinge o cerne da questão, apenas contribui para gerar mais violência, gasto e lucro. Essa lógica reflete as contradições do sistema capitalista, no “qual, ao mesmo tempo em que se constrói a barbárie, lucra-se com a insegurança e prega-se a punição como única forma de respondê-la” (OLIVEIRA, 2010, p. 49). Ainda segundo o autor,

A característica essencial das teorias liberais é assumir a criminalidade como um fenômeno não histórico e, portanto, ineliminável. Nessa perspectiva, não se luta contra as causas da criminalidade, mas somente para a redução de sua amplitude, por meio de medidas de controle social (*Ibid.*, p. 153). Assim, o controle social do desvio integra as mediações políticas das contradições sociais, típicas dos sistemas de máxima concentração capitalista. (*Ibid.*) (OLIVEIRA, 2010, p. 53).

A perspectiva punitivista foi legitimada, inclusive legalmente, pelos Códigos de Menores (1927 e 1979), em que as ações para com crianças e adolescentes se restringiam aos menores em situação irregular e eram baseadas no controle, na educação moral, no ajustamento, na repressão ou, como podemos afirmar, na criminalização da pobreza e da negritude. Essas disposições que caracterizaram a Doutrina da Proteção Irregular foram com mobilização da sociedade por meio dos movimentos sociais e influência do movimento internacional – Convenção

¹⁰ “A historiografia sociojurídica da infância e adolescência revela que esses grupos vulneráveis sempre foram alvos de toda forma de negligência, violência e opressão. Ao normatizar as relações sociais, as leis menoristas serviram para escamotear verdadeiras crueldades nos tratamentos dispensados à infância e juventude, em que o ser adulto sempre foi, nessa relação, aquele que tudo podia e a voz da autoridade.” (VERONESE, LIMA, 2009, p. 41-42).

Internacional dos Direitos da Criança –, substituídos pela Doutrina da Proteção Integral¹¹ com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente (ECA).

No Código de Menores havia a doutrina da situação irregular, que no ECA passa a ser chamada de doutrina da proteção integral. Na doutrina da situação irregular, o objetivo era a proteção e vigilância dos meninos em situação irregular, ou seja, proteção para abandonados e carentes e vigilância para os infratores ou inadaptados. Era uma lei de controle social da infância e da adolescência. O ECA, ao contrário do Código de Menores, é uma lei que preserva o desenvolvimento pessoal e social das crianças e dos adolescentes brasileiros (MOCELIN, 2016, p. 25-26).

O ECA, portanto, representa um grande avanço no que se refere às legislações destinadas a esse público, apesar de não romper completamente com a concepção menorista. A dissertação do Ortegá (2011) apresenta uma análise do Estatuto, fazendo um resgate histórico das antigas legislações, e da medida socioeducativa de Liberdade Assistida, a qual será abordada posteriormente. Nesse sentido, é importante uma leitura ampliada do ECA, para compreendê-lo nas suas características gerais e específicas, apesar desse trabalho ser focado na questão da socioeducação.

A chegada da nova legislação foi acompanhada de um embasamento teórico complexo que a sustenta em quatro pilares imbricados: a concepção da criança e do adolescente como *sujeito de direitos*, em *condição peculiar de desenvolvimento humano*, cujas necessidades devem ser supridas em *prioridade absoluta*, e em conformidade com a perspectiva da *proteção integral* a estes sujeitos. A operacionalização destes princípios envolve a articulação entre família, comunidade, e poder público (ORTEGAL, 2011, p. 54).

Uma mudança considerável é a associação da Doutrina da Proteção Integral aos adolescentes que cometem atos infracionais. Para esses que antes, legalmente, eram submetidos a ações imediatas e autoritárias de repressão, passam a ser vistos, ainda que formalmente, como seres humanos em fase peculiar de desenvolvimento com direitos a serem garantidos.

11 Essa rede de proteção (ou o conjunto de direitos: o direito à sobrevivência, ao desenvolvimento pessoal e social e o direito à liberdade, respeito e dignidade, convivência familiar e comunitária) forma a doutrina da proteção integral. A palavra integral refere-se a garantia de ver executados todos os direitos para todas as crianças (MOCELIN, 2016, p. 23).

O ECA dispõe os atos infracionais – atos análogos ao crime e contravenção penal – cometidos por crianças, pessoas entre zero e doze anos incompletos, e por adolescentes, entre doze e dezoito anos, serão correspondidos pelas medidas protetivas¹² (Artigo 101) e pelas medidas socioeducativas, respectivamente. Elas se darão por processos legais, em que serão asseguradas as devidas garantias processuais, juntamente com a presunção de inocência e direito à defesa.

[...] podemos conceituar ato infracional como toda conduta praticada por criança ou adolescente definida como crime ou contravenção pelo Código Penal Brasileiro. Para a configuração do ato infracional é necessária a presença de indícios suficientes da autoria e materialidade do fato. Esta é a única relação existente entre o Direito da Criança e do Adolescente e o Direito Penal. O Direito Penal apenas nos dá os tipos penais que são considerados crimes ou contravenções, pois a forma de responsabilização pela prática do ato infracional é exclusiva das normativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (VERONSE, DA SILVA LIMA, 2015, p. 33).

Desse modo, crianças e adolescentes são penalmente inimputáveis, o que, pela falta de conhecimento, devido a essa dita “impunidade”, é argumento para a exigência de ações punitivas e também a redução da maioridade penal. Esquecem, portanto, que existe uma legislação que prevê a responsabilização dos adolescentes, com regime próprio levando em consideração às peculiaridades.

Segundo o ECA, as medidas socioeducativas, de acordo com a gravidade e capacidade de cumprimento, são: advertência; obrigação de reparar o dano; liberdade assistida; prestação de serviço à comunidade; restrição de liberdade e privação de liberdade. Sendo esta última, aplicada em consonância aos princípios de brevidade e excepcionalidade.

Apesar dessas conquistas, o ECA não define de forma esmiuçada o que são e como serão desenvolvidas essas medidas. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), juntamente com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), elaboraram uma proposta de atendimento socioeducativo, aprovado na Resolução N.º 119, de 11 de dezembro de 2006 e definido como Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

¹² As medidas protetivas não se aplicam apenas as crianças que cometeram ato infracional, mas à todas as crianças e adolescentes, inclusive os que estão cumprindo medida socioeducativa. “[...] as medidas protetivas são, ou deveriam ser, aplicadas com frequência, em conjunto com as medidas socioeducativas, de modo a garantir os objetivos pretendidos com o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa.” (ORTEGAL, 2011, pp. 66-67)

A criação desse documento foi motivada pela necessidade de se reforçar a garantia dos direitos humanos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, considerando que a promulgação do ECA não efetivou mudanças profundas na forma de aplicação, gestão e execução das medidas socioeducativas (OLIVEIRA, 2010, p. 35).

O SINASE, além de ampliar a compreensão sobre as medidas socioeducativas, estabelece e normatiza seus princípios, diretrizes, objetivos e parâmetros em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal. Segundo a Resolução citada,

Artigo 3º - O Sinase é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas (BRASIL, Resolução N.º 119, 2006).

O objetivo primordial do SINASE é aprofundar o caráter educativo como base para as ações do sistema socioeducativo¹³, tendo como eixo norteador os direitos humanos. “Defende, ainda, a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada, principalmente, em bases éticas e pedagógicas (CONANDA, 2006, p. 16)”. Para isso, a legislação é dividida em nove capítulos, os quais

O primeiro capítulo, marco situacional, corresponde a uma breve análise das realidades sobre a adolescência, com foco no adolescente em conflito com a lei, e das medidas socioeducativas no Brasil, com ênfase para as privativas de liberdade. Para tanto, ancorou-se em dados oficiais publicados em estudos e pesquisas. O segundo capítulo trata do conceito e integração das políticas públicas. O terceiro trata dos princípios e marco legal do SINASE. O quarto contempla a organização do Sistema. O quinto capítulo trata da gestão dos programas. O sexto apresenta os parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo. O sétimo trata dos parâmetros arquitetônicos para os programas socioeducativos; o oitavo, da gestão do sistema e financiamento, e o último, do monitoramento e avaliação. O anexo apresenta o detalhamento técnico das normas, definições e etapas para elaboração de projetos arquitetônicos e complementares das Unidades de atendimento socioeducativo de internação e internação provisória (CONANDA, 2006, p. 16)

¹³ Segundo o SINASE, “o termo Sistema Socioeducativo refere-se ao conjunto de todas as medidas privativas de liberdade (internação e semiliberdade), as não privativas de liberdade (liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade) e a internação provisória” (CONANDA, 2006, p. 18).

Apesar de ser importante a leitura completa do SINASE, neste trabalho é destacado os seguintes capítulos: 2.º Conceito e Integração das Políticas Públicas, 3.º Princípios e Marco Legal do Sistema de Atendimento Socioeducativo e 6.º Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo.

O segundo capítulo, desenvolve o conceito do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), abordado inclusive na Resolução¹⁴ que implementa o SINASE. De forma simplista, as medidas socioeducativas envolvem adolescentes e contempla as suas dinâmicas de vida, o que incluem as condições e situações familiares, de território, de segurança, de transporte, de cultura, de lazer, de saúde, escolarização, entre outros setores. O sistema socioeducativo não é uma política pública específica de uma área social, mas de um segmento populacional (adolescentes), e contém, portanto, todas as áreas e particularidades da vida humana.

A realidade dos adolescentes em conflito com a lei não é diferente dos dados ora apresentados. Estes também têm sido submetidos a situações de vulnerabilidade, o que demanda o desenvolvimento de política de atendimento integrada com as diferentes políticas e sistemas dentro de uma rede integrada de atendimento, e, sobretudo, dar efetividade ao Sistema de Garantia de Direitos (CONANDA, 2006, p. 18).

Para garantir um atendimento socioeducativo efetivo na questão da garantia dos direitos é necessária a articulação com as políticas sociais que abrangem seus diferentes campos. Desse modo, o SINASE define o SGD como “um sistema de “proteção geral de direitos” de crianças e adolescentes cujo intuito é a efetiva implementação da Doutrina da Proteção Integral.” (CONANDA, 2006, p. 22). Com essa finalidade, o documento também apresenta o princípio da incompletude institucional¹⁵.

Os órgãos deliberativos e gestores do SINASE são articuladores da atuação das diferentes áreas da política social. Neste papel de articulador, a incompletude institucional é um princípio fundamental norteador de todo o direito da adolescência que deve permear a prática dos programas socioeducativos e da rede de serviços.

¹⁴ “Artigo 2º - O Sinase constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais.” (BRASIL, Resolução N.º 119, 2006)

¹⁵ “A incompletude institucional revela a lógica presente no ECA quanto à concepção de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais para a organização das políticas de atenção à infância e à juventude.” (CONANDA, 2006, p. 29)

Demanda a efetiva participação dos sistemas e políticas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, cultura, esporte, lazer, segurança pública, entre outras, para a efetivação da proteção integral de que são destinatários todos adolescentes (CONANDA, 2006, p. 23).

O terceiro capítulo dispõe dos princípios norteadores do atendimento socioeducativo, a atuação dos profissionais, do Estado, da comunidade, da família e da sociedade no geral. Eles estão de acordo com a Doutrina da Proteção Integral e, assim, do ECA, da Constituição Federal de 1988 e dos tratados internacionais, principalmente da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança.

Os 16 princípios são: Respeito aos direitos humanos; Responsabilidade solidária da Família, Sociedade e Estado pela promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes; Adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento, sujeito de direitos e responsabilidades; Prioridade absoluta para a criança e o adolescente; Legalidade; Respeito ao devido processo legal; Excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; Incolumidade, integridade física e segurança; Respeito à capacidade do adolescente de cumprir a medida; às circunstâncias; à gravidade da infração e às necessidades pedagógicas do adolescente na escolha da medida, com preferência pelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Incompletude institucional, caracterizada pela utilização do máximo possível de serviços na comunidade, responsabilizando as políticas setoriais no atendimento aos adolescentes; Garantia de atendimento especializado para adolescentes com deficiência; Municipalização do atendimento; Descentralização político-administrativa mediante a criação e a manutenção de programas específicos; Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; Corresponsabilidade no financiamento do atendimento às medidas socioeducativas; Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (CONANDA, 2006).

O sexto capítulo aborda os Parâmetros da Gestão Pedagógica no Atendimento Socioeducativo para a internação provisória e as medidas socioeducativas. Ele é dividido em três pontos: Diretrizes Pedagógicas do Atendimento Socioeducativo, Dimensões Básicas do Atendimento Socioeducativo e Parâmetros Socioeducativos.

Os parâmetros norteadores da ação e gestão pedagógicas para as entidades e/ou programas de atendimento que executam a internação provisória e as medidas socioeducativas devem propiciar ao adolescente o acesso a direitos e às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, de ressignificação de valores, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social, vez que as medidas socioeducativas possuem uma dimensão jurídico-sancionatória e uma dimensão substancial ético-pedagógica. Seu atendimento deve estar organizado observando o princípio da incompletude institucional. Assim, a inclusão dos adolescentes pressupõe sua participação em diferentes programas e serviços sociais e públicos. (CONANDA, 2006, p. 46)

As Diretrizes Pedagógicas do Atendimento Socioeducativo são: 1. Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios; 2. Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo; 3. Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas; 4. Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa; 5. Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo; 6. Diretividade no processo socioeducativo; 7. Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa; 8. Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional; 9. Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente; 10. Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica; 11. Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa; 12. Formação continuada dos atores sociais

As Dimensões Básicas do Atendimento Socioeducativo são divididas em: 1. Espaço físico, infraestrutura e capacidade; 2. Desenvolvimento pessoal e social do adolescente; 3. Direitos humanos; 4. Acompanhamento técnico; 5. Recursos humanos; 6. Alianças estratégicas. Já os Parâmetros Socioeducativos

[...] estão organizados pelos seguintes eixos estratégicos: suporte institucional e pedagógico; diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual; cultura, esporte e lazer; saúde; escola; profissionalização/ trabalho/previdência; família e comunidade e segurança. Sendo assim, no detalhamento desses parâmetros será

descrito, inicialmente, aqueles comuns a todas as entidades e/ou programas que executam as medidas socioeducativas e a internação provisória e em seguida aqueles específicos de cada modalidade de atendimento socioeducativo (CONANDA, 2006, p. 54).

Com a exposição de alguns princípios e diretrizes propostas pelo SINASE e com o entendimento sobre suas contribuições, pode-se observar a existência de duas dimensões da medida socioeducativa: a sancionatória e pedagógica. A primeira se refere à responsabilização dos adolescentes, também confundida com a repressão, mediante os casos de violência, de abuso de poder, priorização das medidas de restrição ou privação de liberdade, de predominância desse caráter e não cumprimento da proposta pedagógica. Segundo o Caderno de Orientações Técnicas - Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto,

Responsabilizar significa dar a “resposta” ao ato infracional praticado, numa perspectiva eminentemente pedagógica, voltada à identificação das causas determinantes da conduta infracional e sua posterior abordagem, a partir de ações diversas, a serem efetuadas de acordo com as necessidades socioeducativas do adolescente (BRASÍLIA, DF, 2016, p.23).

A segunda dimensão envolve a mobilização dos profissionais que atuam diretamente no sistema socioeducativo para a construção de atendimentos e acompanhamentos baseados na autonomia, na solidariedade, no investimento das potencialidades, no respeito, na dignidade, na liberdade e na transformação¹⁶ das condições que afetam suas vidas de forma negativa – fazendo-se necessária a articulação com o SGD. O SINASE aborda essa dimensão nos seus princípios, nos seus parâmetros, nos seus objetivos e considera que

O adolescente deve ser alvo de um conjunto de ações socioeducativas que contribua na sua formação, de modo que venha a ser um cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar

16 Cabe destacar que a transformação está voltada às condições que perpassam a vida do adolescente. No caso das mudanças referentes ao adolescente indivíduo são importantes os princípios da horizontalidade, do respeito e da liberdade. “O principal limite pedagógico é identificado quando os programas socioeducativos, a pretexto de socializar o adolescente em conflito com a lei, se propõem, a “tratá-lo”, “transformá-lo”. Essas iniciativas tendem a despersonalizar o adolescente, a desconhecê-lo em sua singularidade. Compreender o adolescente em sua singularidade significa recusar uma denominação e características que deveriam ser comuns a todos os adolescentes, pois não existe uma única forma de viver a adolescência, de vez que esta foi construída social e historicamente. As filiações de classe, etnia, gênero, as vivências familiares, os momentos históricos e o contexto social em que se inserem são elementos significativos nas vivências de cada adolescente. Daí, porque não se pode eleger técnicas seriadas para tratar com os adolescentes, sendo necessário compreender suas experiências de vida” (DA COSTA, 2015, p. 66).

melhor consigo mesmo, com os outros e com tudo que integra a sua circunstância e sem reincidir na prática de atos infracionais. Ele deve desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum, aprendendo com a experiência acumulada individual e social, potencializando sua competência pessoal, relacional, cognitiva e produtiva (CONANDA, 2016, p. 46)

De fato, essas duas dimensões não precisam estar distantes uma da outra. Elas se relacionam e podem coexistir. Ao contrário de uma separação nítida, preza-se pela vinculação das duas, em que a dimensão pedagógica incida e predomine na responsabilização dos adolescentes, indo de encontro com a concepção que localiza a dimensão sancionatória como meramente punitivista e repressiva. Segundo as contribuições de Ortegá (2011, p.65),

A medida socioeducativa não se situa no polo da proteção, nem tampouco no polo da punição. Trata-se, na verdade, de um fenômeno de natureza complexa, dialética, que agrega respostas sancionatórias a uma violação das leis, restringindo direitos individuais, ao mesmo tempo em que garante, e até mesmo promove, direitos sociais, como é o caso particular das necessidades pedagógicas de adolescentes que transgridem a lei.

Apesar dos avanços nas legislações e nas concepções que se referem a crianças, adolescentes e sistema socioeducativo, existem muitos limites a serem superados. Além dos desafios próprios que envolvem a socioeducação, eles extrapolam esse nível e se relacionam com a sociedade no geral, pensamentos hegemônico, estruturas e formas de produção e reprodução da sociedade.

Como revela a concepção ampliada deste sistema, a atuação de indivíduos e grupos da sociedade civil, usuários e profissionais, é determinante para a forma e o significado que as medidas socioeducativas venham a adquirir, não obstante o pano de fundo estrutural, que, apesar de impor limites ultrapassáveis por meio de transformações societárias, é flexível a transformações de menor impacto (ORTEGAL, 2011, p. 31).

Existem vários fatores que determinam esses desafios. A disputa entre a concepção sancionatória e pedagógica permeia a sociedade no geral: suas atitudes que podem reforçar uma ou outra, suas opiniões perante ao tema, as repercussões nos meios de comunicação, o que legitimam e são necessárias para as decisões do

Estado. Por isso, é dever¹⁷ da família, da comunidade, do poder público e da sociedade no geral o comprometimento com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Por ser uma política com princípio da incompletude institucional, sua efetivação também depende de outras políticas sociais. Em se tratando de um país como o Brasil, dotado de uma configuração capitalista periférica com avanço desenfreado do neoliberalismo e do neoconservadorismo, os desafios se acentuam ainda mais, principalmente para esses adolescentes. Com as contribuições trazidas no início do capítulo, compreende-se que o desmonte e mercantilização dos direitos sociais afeta diretamente nas condições de vida da população brasileira, mais especificamente aquela que sustenta o peso da produção e reprodução do sistema capitalista nas costas.

Em tempos de restrição do acesso a direitos sociais e do consequente recrudescimento de mecanismos de punição e controle social, os autores também observam que este processo de regulação e punição não se destina a todos os tipos de conduta, e nem a todas as classes (ORTEGAL, 2011, p. 22).

É necessário, portanto, depois de ter trazido um panorama geral sobre a socioeducação, situar quem são esses jovens. Segundo o Levantamento Anual SINASE de 2016, quase 70% dos atos infracionais cometidos referem-se a roubo (47%), tentativa de roubo (1%) e tráfico de drogas (22%). Sobre os atos infracionais considerados mais graves pela sociedade, os contra a pessoa e contra a dignidade sexual: homicídio (10%), tentativa de homicídio (3%), lesão corporal (1%), estupro (1%).

Diante disso, cabe o questionamento: será que esses adolescentes são tão perigosos como a mídia e as pessoas os apresentam? E mais, será que existe essa

¹⁷ “Os papéis atribuídos a esses atores sociais se conjugam e entrelaçam: (1) a sociedade e o poder público devem cuidar para que as famílias possam se organizar e se responsabilizar pelo cuidado e acompanhamento de seus adolescentes, evitando a negação de seus direitos, principalmente quando se encontram em situação de cumprimento de medida socioeducativa; (2) à família, à comunidade e à sociedade em geral cabe zelar para que o Estado cumpra com suas responsabilidades, fiscalizando e acompanhando o atendimento socioeducativo, reivindicando a melhoria das condições do tratamento e a prioridade para esse público específico (inclusive orçamentária). A co-responsabilidade, ainda, implica em fortalecer as redes sociais de apoio, especialmente para a promoção daqueles em desvantagem social, conjugar esforços para garantir o comprometimento da sociedade, sensibilizando, mobilizando e conscientizando a população em geral sobre as questões que envolvem a atenção ao adolescente em conflito com a lei e, sobretudo, superar práticas que se aproximem de uma cultura predominantemente assistencialista e/ou coercitiva.” (CONANDA, 2016, p. 26)

impunidade que tanto argumentam em favor da redução da maioridade penal? Ou não seria o processo de inserção no sistema socioeducativo por si só uma punição? A redução da maioridade penal¹⁸ para 16 anos é uma proposta que é movimentada, principalmente nos momentos de crise, com justificativas voltadas para a impunidade e para a mistificação perversa desses adolescentes.

A perspectiva do senso comum sempre esteve fundada na premissa de que os atos infracionais praticados por adolescentes representam uma das principais causas de violência na sociedade. Este raciocínio desconsidera a proporção dos atos infracionais cometidos por adolescentes em relação ao fenômeno total da violência, como também o fato de suas trajetórias serem usualmente marcadas por violações de direitos (BRASÍLIA, DF, 2016, p. 19).

Outro dado importante do Levantamento Anual é o que se refere às informações sobre o quesito raça/cor. No Brasil, 59,08% dos adolescentes em restrição e privação de liberdade são de cor parda/preta; 22,49% de cor branca; 0,91% de cor amarela, 0,98% de raça indígena e 16,54% não tem registro. A maioria dos adolescentes ser negra é mais um elemento que integra o conjunto de situações que a população negra enfrenta que compõe o genocídio da juventude negra.

Por mais que o sistema socioeducativo não seja considerado parte do sistema penal, existem elementos estruturais que os caracterizam. Segundo Flauzina (2008), é um dos campos mais vulneráveis do extermínio dessa população. Principalmente no campo penal, “Dado que a intervenção condicionada pelo racismo tem caráter mais explicitado nas abordagens truculentas, nos encarceramentos desproporcionais e na produção de mortes abruptas” (BRASÍLIA, DF, 2016, p. 13).

Do ponto de vista da distribuição espacial, o segmento negro está, portanto, cercado por essa rede de desestruturação que a partir de um processo de desencorajamento pessoal somado às poucas alternativas sociais de reprodução de vida em sociedade e das investidas efetivas sobre sua corporalidade, tem a morte como seu principal fundamento. Uma outra dimensão da precariedade que foi desenhada como forma de controle e extermínio desse contingente está relacionada ao nível de pobreza à que está exposta a população negra (FLAUZINA, 2008, p.102).

Apesar dos desafios, da concepção punitivista-racista estar arraigada no pensamento e ações da sociedade brasileira no geral, é preciso se apropriar da

¹⁸ Como sugestão, ler o texto *Por que somos contra a redução da maioridade penal*. (OLIVEIRA, ORTEGAL, 2018).

dimensão pedagógica proposta pelo SINASE, em consonância com a Doutrina da Proteção Integral. Acreditar na mudança é acreditar na possibilidade de construir um mundo diferente, sem relações baseadas na discriminação, seja ela de qualquer tipo for.

CAPÍTULO II – Do dever de trabalho ao direito à preguiça e ao lazer

2.1 Entendendo o Lazer na sociedade capitalista

O modo de produção capitalista, como dito no capítulo anterior, estruturou não só as relações econômicas, mas toda a completude das relações humanas, sociais, políticas e culturais, criando formas hegemônicas de se engendrar e se reproduzir, a depender das particularidades e condições históricas. Dessa forma, o esporte e o lazer também são elementos da sociedade que são afetados pela lógica capitalista e se encontram em um campo de disputa maior, o da cultura.

A cultura, diferentemente de sua origem, teve seu conceito modificado com a consolidação do capitalismo. Se antes significava “uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios” (CHAUÍ, 2008, p. 55), passou a ser um instrumento de valor: padrão usado para medir a civilidade e progresso de uma sociedade. E sabe-se bem que esse padrão se refere aos países europeus.

A cultura européia capitalista não apenas se coloca como télos, como o fim necessário do desenvolvimento de toda cultura ou de toda civilização, isto é adota uma posição etnocêntrica, mas sobretudo ao se oferecer como modelo necessário do desenvolvimento histórico legitimou e justificou, primeiro, a colonização e, depois, o imperialismo (CHAUÍ, 2008, p. 56).

As condições históricas favoráveis, o desenvolvimento das ciências e o advento do marxismo propiciaram aos antropólogos uma ampliação do conceito de cultura.

[...] sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo (passado, presente e futuro), as diferenças no interior do espaço (o sentido do próximo e do distante, do grande e do pequeno, do visível e do invisível), os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto, instauram a idéia de lei, e, portanto, do permitido e do

proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano (CHAUÍ, 2008, p. 57).

Essa maior abrangência, apesar de ser oportuna e muito difundida em áreas das ciências mais progressistas, como a maioria das teorias que vão de encontro ao pensamento hegemônico que sustenta o capitalismo, não foi difundida de forma ampla à sociedade na condição de mudar a hegemonia posta. Principalmente, porque ela apresenta um contraponto essencial à lógica dominante.

A hierarquização das culturas como justificativa para colonização estruturou uma lógica de dominação que não é possível ser analisada separada apenas no âmbito cultural, mas como abrangente de todos os campos da vida humana. Estabelecendo também condições necessárias para a expansão do imperialismo e consolidação do desenvolvimento desigual e combinado.

Evidencia-se, pois, que a mundialização do capital requer um processo análogo na cultura, porque a pluralidade dos padrões de vida, objetos e hábitos de consumo obstaculiza sua expansão (CASTELLANI FILHO, 2010, p. 14).

Portanto, os debates sobre as formas de enxergar a cultura nos moldes desse sistema, segundo Chauí (2008), às dividiram, permitindo dizer cultura dominante e dominada, opressora e oprimida, de elite e popular. Divididas por um valor já conhecido: “[...] sabemos que o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social” (CHAUÍ, 2008, p. 59).

A influência da lógica mercantil pode ser observada na organização e atuação da indústria cultural. Oriunda do próprio sistema capitalista e acompanhando seus processos de desenvolvimento, essa indústria carrega, em si e em todas as suas ferramentas, traços da ideologia capitalista, como o reforço tanto dos processos de reificação, alienação e mercadorização, quanto das normas e estruturas sociais, na criação de uma cultura massificada (COELHO, 1980).

Como cultura de massa, as obras de pensamento e de arte tendem: de expressivas, tornarem-se reprodutivas e repetitivas; de trabalho da criação, tornarem-se eventos para consumo; de experimentação do novo, tornarem-se consagração do consagrado pela moda e pelo consumo; de duradouras, tornarem-se parte do mercado da moda, passageiro, efêmero, sem passado e sem futuro; de formas de conhecimento que desvendam a realidade e instituem relações com

o verdadeiro, tornarem-se dissimulação, ilusão falsificadora, publicidade e propaganda (CHAUÍ, 2008, p. 61).

A indústria cultural promove e estimula formas de entretenimento que são baseados nos princípios do consumo, este entendido como “[...] a maneira como uma sociedade inventa seus momentos de distração, diversão, lazer e repouso” (CHAUÍ, 2008, p. 61). Portanto, reforçam os limites do acesso para quem pode ou não pagar, o que contribui no aprofundamento das desigualdades, principalmente, se tratando do Brasil, um país fortemente marcado pela disparidade social.

Nesse sentido, são criados valores sociais sobre os tipos de entretenimento ao se hiperdimensionar bens, lugares, marcas de roupa, comida, objetos, limitando seu acesso pelo preço. Esses valores reforçam o processo de criação de identidades e de estereótipos na medida em que são transferidos desses bens para as próprias pessoas que os consomem.

Assim, é firmada uma lógica de criação de valores supérfluos em que você é o que você tem, sendo influenciada também pela hierarquização de culturas – “como atividade social que institui um campo de símbolos e signos, de valores, comportamentos e práticas” (CHAUÍ, 2008, p. 57). Sejam esses valores de natureza social ou de natureza econômica, as pessoas são categorizadas pelos seus pertences, por onde frequentam, pelo o que se tem: quanto mais valor agregado, mais poder e mais acesso.

É no campo da cultura no marco da indústria cultural e do entretenimento que o lazer¹⁹ também se localiza. Assim como nos dois, os mecanismos de controle e manipulação para uma forma que se adeque às necessidades do sistema capitalista também rodeia a esfera do lazer. Essa configuração constitui-se desde a consolidação do capitalismo industrial, em que não só o tempo de trabalho era controlado por aqueles que detinham os meios de produção, mas também o pouco tempo livre que restava. Sendo, inclusive, um dos grandes traços da burguesia a quantidade de tempo “ocioso”.

¹⁹ A Tese Entre o Ócio e o Negócio: Teses Acerca da Anatomia do Lazer (MASCARENHAS, 2005) traz uma grande contribuição para a discussão do conceito de lazer. Recomenda-se a leitura para o aprofundamento dessa categoria. “O lazer é um fenômeno tipicamente moderno que resulta das tensões capital e trabalho, que se materializa como tempo e espaço de vivências lúdicas e como palco de organização da cultura, e que é perpassado por relações hegemônicas” (CASTELLANI FILHO, 2010, p. 16).

O tempo livre era considerado perda de tempo ou tempo ocioso, tornando-o o mínimo possível dentro das possibilidades de lucratividade do trabalho. Essa demonização desse tempo repercute até hoje e reforça o pensamento capitalista voltado à produtividade e acumulação de riqueza. O incansável estímulo ao trabalho resulta em uma premissa que permeia as relações sociais: quem não trabalha é vagabundo. Mas os que enriquecem à custa da exploração de outros, não entram nessa categoria, e mais, têm livre acesso nas formas de lazer estimadas pela maioria da sociedade e a condição de administrar seu tempo como bem quiserem.

[...] perder tempo foi considerado um verdadeiro crime, já que valia dinheiro aos capitalistas e aos trabalhadores, que vendiam não só sua força de trabalho, mas também seu tempo de trabalho e de vida. A diversão e o ócio eram tidos como perigosos e uma ameaça ao desenvolvimento social, a ponto de serem equiparados à preguiça, um pecado capital (PADILHA, 2010, p. 53)

Além de desenvolver um processo de estigmatização do lazer, outro movimento relevante na construção do pensamento hegemônico sobre o mesmo é a sua mercadorização, determinando o que é considerado lazer ou não. Em uma sociedade voltada para o consumo, na medida em que seu acesso é subordinado ao dinheiro e limitado pelo poder aquisitivo, as atividades de lazer também são consideradas mercadorias. Como pontua Mascarenhas (2005), esse processo se denomina como antilazer²⁰.

Não obstante, há um grande estímulo por parte da indústria cultural e do entretenimento para o tempo de lazer ser preenchido pelo consumo, não somente em relação ao acesso, como a parques de diversão, viagens, festas, clubes, atividades e lugares. Mas o próprio consumo ser considerado uma forma de lazer, como os shoppings, que são a maior forma de exemplificação.

O fortalecimento da lógica própria à sociedade do consumo promoveu a estruturação do tempo/espço de lazer através dos referenciais de interesse da indústria do entretenimento, construindo as vias de acesso a ele por meio de critérios centrados no nível socioeconômico das sociedades modernas (CASTELLO FILHO, 2010, p. 17).

²⁰ “Por outro lado, se na experiência de lazer, no lugar do descanso, da diversão e do desenvolvimento, ocorrem, por exemplo, o desgaste, a frustração e a violência, ou mais, se nela estão presentes os valores corruptores dos modismos e do consumismo, esta também deixa de ser lazer, assumindo agora o caráter de um antilazer” (*Ibid*, 2005, p. 8).

Dessa forma, o lazer se constituindo “[...] não só como forma de compensar os males provocados pelo trabalho, mas também como momento de consumo de bens materiais e simbólicos” (PADILHA, 2010, p. 61), é um prato cheio para a indústria cultural. Com a dupla forma de instituir o mercado como operador das atividades de lazer, essas são associadas e fundidas com a indústria do entretenimento. Portanto, criam-se necessidades e preferências baseadas em uma valorização surreal de objetos e superestimam formas de diversão que são obtidas a partir da compra.

O lazer oferecido é alienante porque leva ao distanciamento dos sujeitos deles próprios, da obscurecida essência humana, ao mesmo tempo em que não possibilita a livre criatividade, a autonomia e a convivência desinteressada – do ponto de vista financeiro – com os outros (PADILHA, 2010, p. 64).

Apesar do lazer ser um momento em que não são priorizadas ações que estimulem a criatividade, o pensamento crítico e a autonomia, mas corroboram para a lógica produtivista e lucrativa do capitalismo, é necessária essa disputa de concepção. A importância desse momento para a dinâmica da vida humana reflete, por exemplo, a formalização do lazer como um direito social na Constituição Federal de 1988.

Por mais que essa conquista seja um grande avanço, na medida em que vai de encontro com a estigmatização e mercadorização do lazer, existem campos de disputas das concepções assim como em outras políticas sociais. O avanço do neoliberalismo contribui cada vez mais com essa primeira perspectiva no encontro de condições de sua expansão, por meio de suas investidas de incentivo aos princípios da meritocracia e do individualismo associados à transferência da execução dos direitos sociais ao mercado e à sociedade civil.

No terreno da política, o que se assiste é a desintegração dos direitos sociais. Talvez seja justamente neste âmbito que fique mais evidente o que se pode constatar como refuncionalização do lazer. Isto, pois frente ao recuo da participação estatal na implementação de políticas de lazer, algo que se vincula ao fim do Estado de Bem Estar Social e ao avanço do neoliberalismo, quando o princípio do mérito revela-se como pedra de toque de um novo modelo distributivo, essencialmente polarizador, o lazer passa a condição de não-direito (MASCARENHAS, 2005, p. 278-279).

Diante de um cenário de desvalorização do lazer e de mercantilização do pouco que resta, é mais que necessário sua defesa como um direito social para todas as pessoas. O lazer e suas formas de materialização, seja por meio de viagens, jogos, esporte, festas, lugares, eventos, música, livros, filmes, e tantas outras possibilidades, são atividades importantes para a vida humana. Ele compõe um conjunto de outros direitos que se relacionam para a melhoria da qualidade de vida. Cabe destacar, referindo-se à área da saúde, o lazer é considerado um dos determinantes sociais e sua atuação está no campo de prevenção e promoção à saúde.

2.2 O Esporte e seus condicionantes

O esporte é um campo que também se encontra na dialética do modo de produção capitalista, portanto, é determinado pelas necessidades de reprodução material e ideológica em torno da lucratividade. Como um fenômeno sociocultural, historicamente construído, que acompanha os avanços tecnológicos e as configurações do sistema, esse campo está em constante movimento e alterações, seja nas ampliações das modalidades, nas mudanças dos materiais esportivos e nas disputas de concepções e rumos a serem trilhados.

O marco da formalização e constituição dos direitos sociais, civis e políticos na Constituição Federal de 1988 também abrangeu o direito ao esporte, mas apenas em 14 de julho de 2005 foi aprovada a Política Nacional do Esporte (PNE). Apesar de não ser aprofundada aqui, para analisar a história do esporte nas legislações nacionais é sugerida a tese de Godoy (2013). A própria Política faz esse resgate histórico, cabendo destacar que as conquistas são frutos de mobilizações sociais.

O Esporte, ao deixar de ser entendido unicamente na perspectiva do rendimento e passar a ser percebido também na perspectiva do social (Esporte Educacional, Esporte para Portadores de Deficiências, Esporte para a Terceira Idade, Esporte para as Pessoas Comuns etc), passou a intervir efetivamente na Saúde, na Educação e no Lazer das pessoas. É evidente que esta abrangência ampliada do alcance do Esporte no país, fez com que o mesmo fosse gradualmente se tornando uma prioridade do Estado (BRASIL, 2005, p. 25).

A importância do Esporte ser tratado como uma questão de Estado remete-se a sua articulação com o direito ao lazer e o direito à saúde, sendo uma política,

como a socioeducação, que se integra às outras. As contribuições para o sistema biológico do ser humano, e, portanto, um benefício geral, atribui ao esporte a sintonia com o conceito ampliado de saúde e também da Política Nacional de Promoção da Saúde. A expansão desse conceito, que considerava uma Política estatal apenas o esporte rendimento (profissional e competitivo), para abranger as outras categorias, que serão apresentadas mais abaixo, é uma conquista que é capaz de interferir positivamente nas condições da vida da população brasileira. O Ministério de Esporte

[...] alarga sua visão do esporte à luz de um preceito humano fundamental, a “cidadania”, como garantia de um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, não o dissocia – juntamente com o lazer – do direito à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, à segurança, à previdência social, à proteção da maternidade e da infância e à assistência aos desamparados. Portanto, o acesso às atividades esportivas é direito de cada um e dever do Estado (BRASIL, Resolução N.º 5, 2005, pp. 22-23).

Ademais, o Esporte, por ser um fenômeno histórico e socialmente desenvolvido, reflete uma identidade cultural, que transmite costumes e valores de uma sociedade. No caso do Brasil, o futebol é uma das modalidades mais reconhecidas e a capoeira, o futevôlei e a peteca são oriundos daqui. A própria PNE traz um conceito ampliado de cultura²¹ e considera o Esporte como também uma manifestação cultural e parte integrante da mesma “em sua dimensão de lazer, tem por finalidade atender os interesses e necessidades sociais dos cidadãos a partir da prática de suas manifestações lúdico-esportivas, de fruição do espetáculo esportivo e do conhecimento dela emanado” (BRASIL, Resolução N.º 5, 2005, p. 25).

Outro aspecto relevante da PNE é o fato dela entender o esporte não apenas em termos de aptidões físicas e competitivas para o mercado, como é a incansável tentativa de disputar esse campo. Pelo contrário, ela traz um viés pedagógico para o mesmo. Não tendo outra maneira de existir no capitalismo, o esporte também favorece o advento do mercado, seja pelo financiamento em clubes, eventos formais mundiais e nacionais, seja priorizando os esportes de alto rendimento e dificultando

²¹ “A Cultura, entendida no sentido subjetivo como um complexo de valores, significações e objetos simbólicos que estão inseridos no processo de formação intelectual do homem como um todo e, no sentido objetivo, como um conjunto de hábitos e criações humanas em todos os seus planos de atividades, permite nestas duas conceituações perceber que o Esporte deve ser compreendido como uma manifestação cultural.” (BRASIL, 2005, p. 15)

a entrada das pessoas nesse universo. O documento Esporte Como Possibilidade de Desenvolvimento (UNESCO, 2013) reforça que o esporte ultrapassa o seu aspecto mercadológico e material, influenciado pela lógica consumista do sistema capitalista, e tem como essência uma função educacional.

Essa reflexão do tipo pedagógico pode ser observada também nos eixos da PNE: Universalização do acesso e promoção da inclusão social, Desenvolvimento humano, Ciência e tecnologia do esporte, Promoção da saúde, Paz e desenvolvimento da nação, Desenvolvimento econômico, Gestão democrática, Participação e controle social e Descentralização da política esportiva e de lazer (BRASIL, 2005). A Política orienta que para atingir a função educativa

[...] é preciso espelhar objetivos educacionais nos princípios da cidadania, da diversidade, da inclusão social e da democracia, que perpassam esta Política, porque eles representam valores, hábitos e atitudes possíveis de serem formados por meio da prática do esporte (BRASIL, Resolução N.º 5, 2005, p. 23).

Apesar das pessoas se depararem com o esporte durante o seu cotidiano – nas escolas, nas ruas, nas televisões, nos meios de comunicação no geral, nas confraternizações com amigos, nos eventos nacionais e mundiais – ele pouco é conhecido e entendido por essa esfera heterogênea e ampliada. Segundo a PNE (BRASIL, 2005), existem quatro categorias do esporte: esporte educacional, esporte escolar, esporte lazer e esporte de rendimento. Neste trabalho o foco está na categoria esporte-lazer e esporte educacional²², e dentro delas, priorizando a modalidade do futebol.

Esporte Educacional: Praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hiper competitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer.

Esporte Lazer ou Comunitário: Praticado de modo voluntário, com as modalidades institucionalizadas ou não, com regras oficiais ou adaptadas, e que contribui para a integração dos praticantes, para a promoção da saúde e outros aspectos importantes da vida social. (BRASIL, 2005, p. 50 -2).

²² “A amplitude do conceito “educacional”, sustentado nesta Política, reconhece a relação intrínseca do geral de um projeto de educação com o específico conteúdo do esporte que se dá nos âmbitos da instituição escolar, da comunidade e do alto rendimento” (BRASIL, Resolução N.º 5, 2005, pp. 25).

Esse foco não exige a crítica à configuração que predomina no universo de esporte: a mercadorização, também conhecida como esporte-espetáculo²³. Essa categoria representa uma lógica que influencia as outras categorias (lazer, educacional, rendimento, escolar) devido à sua hegemonia no pensamento social, mas que predomina sua incidência no esporte rendimento, principalmente na modalidade do futebol. Segundo Proni (1998), é esse tipo de esporte que se tornou, por sua possibilidade lucrativa e de movimentar dinheiro, um dos mais importantes espetáculos da cultura contemporânea por intermédio dos meios de comunicação de massa.

O controle da indústria cultural e de entretenimento, na apropriação dos atributos que movimentam o esporte-espetáculo, é mais uma forma de inserir a lógica consumista no esporte e também no lazer. Dessa forma, este campo vai se tornando cada vez mais elitista, em que o acesso, tanto à nível profissional, quanto para espectadores e telespectador, é mediado pela compra e poder aquisitivo. Além disso, o estímulo à competição, a possibilidade de desvio de dinheiro e corrupção, a valorização de certas modalidades e a glamourização de profissionais também permeiam esses ambientes.

A comercialização desse espetáculo também expõe uma contradição que habita nas periferias brasileiras: o grande sonho do adolescente de se tornar jogador de futebol. Esse sonho reflete uma idealização veiculada nos meios de comunicação que mistifica e falseia os exemplos de jogadores, a segregação socioespacial e a falta de estrutura que coloca essa profissão como uma das poucas alternativas a serem vislumbradas, ainda que com a barreira elitista que exclui diversos protagonistas, mas também reflete uma identidade cultural local da relação das periferias com o futebol.

Figueiredo (2009) refere-se à questão territorial com uma relação próxima ao campo do lazer e do esporte, já que a cultura é determinada também pela constituição da dinâmica das cidades. No processo de segregação, que é proposital, as possibilidades de lazer e esporte tem uma dinâmica limitada, quando não colocada a lógica repressiva da polícia.

²³ “O esporte-espetáculo deve ser entendido como um fenômeno da sociedade de massa - mais especificamente, como um produto da mercantilização de componentes do mundo esportivo. [...] Quando falamos em esporte-espetáculo, estamos nos referindo a uma forma particular de práticas altamente competitivas e a uma esfera específica de consumos esportivos. O esporte-espetáculo não substitui e sim se sobrepõe às formas mais simples de competição esportiva; não concorre com e sim potencializa as demais formas de consumo esportivo” (PRONI, 1998, p. 84).

A criminalização da pobreza, as determinações racistas, a estigmatização/desvalorização do lazer e a repressão acentuada criam essa configuração de maior concentração de atividades e locais culturais – principalmente os valorizados socialmente – nos centros em detrimento das periferias e de dificuldades no acesso a esses lugares “prestigiados”. E os determinantes? O dinheiro, seja no transporte, seja no preconceito do estereótipo da pobreza e no racismo, seja no custo necessário.

Essa lógica também interfere no campo da socioeducação. Os determinantes e a predominância de uma perspectiva punitivista que privilegia uma atuação repressiva, expostos no capítulo anterior, influenciam diretamente na forma de lidar com o esporte e o lazer com os adolescentes. Afinal, se já existe um pensamento hegemônico de desvalorização e estigmatização do lazer, enaltecimento do trabalho, intensificação da segurança por meio da exclusão de “marginais”, desigualdade social e racial e sua criminalização, como que fica o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa? Será que as práticas de estímulo ao lazer e ao esporte são realizadas no atendimento socioeducativo? Em uma sociedade que pede a redução da maioria penal, como essas atividades são vistas? Fica o questionamento para reflexão.

Apesar das reflexões acima, não se pode negar as contribuições que o esporte traz no âmbito individual, principalmente no âmbito da saúde – melhora no condicionamento físico, na autoestima, na confiança, na capacidade de controlar suas emoções, no enfrentamento de desafios – que, no seu conceito ampliado influencia positivamente outras áreas da vida, e no âmbito coletivo por meio da integração de pessoas e socialização de culturas, identidades e costumes.

A prática esportiva pode, de tal modo, viabilizar-se como um importante tempo e espaço de sociabilidade e de construção de uma consciência individual e coletiva representativa de uma nova relação entre corpo, conhecimento e sensibilidade, expressão de um projeto de educação multilateral (MASCARENHAS, 2005, p. 267).

Portanto, compreende-se a necessidade de tornar seu acesso democrático e ampliando à sociedade brasileira, como um direito social integrado com os outros direitos. Ou melhor,

[...] uma política de lazerania estruturada a partir do fenômeno esportivo deve apontar para a organização de projetos e programas

cujo tom não seja nem de formação de atletas, de treinamento desportivo, de aptidão física, ou mesmo, de recreação – tal qual já conhecemos –, mas, contemplando também estas dimensões, aliadas à arte, à música, à comunicação, à vida na natureza, ao bem estar e à qualidade de vida, à saúde, aos cuidados com o corpo etc., fazerem-se como projetos e programas para a apropriação coletiva, lúdica, crítica e criativa das diversas manifestações que compõem o patrimônio cultural brasileiro, incorporando novas formas de apreender, viver e explicar a vida social (MASCARENHAS, 2005, p. 268).

Finaliza-se o capítulo, no anseio por novos horizontes, em que o lazer e o esporte sejam cada vez menos vinculados a mercadoria e cada vez mais valorizado e considerado com a simplicidade da vida. Que esse hábito vire cultura.

CAPÍTULO III – Bora bater um “racha”: *Futebol das Quebradas* em questão

No Distrito Federal, as Unidades de Atendimento em Meio Aberto (UAMA's) aplicam as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC). A PSC é entendida como a prestação de serviço em instituições hospitalares, assistenciais, escolares ou similares, programas comunitários ou governamentais. A LA tem por objetivo acompanhar, orientar, auxiliar e “proporcionar o adolescente o exercício da cidadania, criando condições para que ele construa um projeto de vida que contemple a ruptura com a trajetória infracional” (SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA, 2014)²⁴.

As UAMA's desenvolvem o atendimento socioeducativo por meio de uma equipe composta por especialistas (psicólogos, pedagogos e assistentes sociais), por agentes socioeducativos, bem como por um chefe e seu respectivo assessor. No Distrito Federal, existem 15 Unidades distribuídas pelas regiões administrativas: Sobradinho, Planaltina, Brasília, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria, Gama, Núcleo Bandeirante, Guará, Taguatinga, Ceilândia I, Ceilândia II, Samambaia, Recanto das Emas e Brazlândia.

O acompanhamento prevê um momento de acolhimento do adolescente e de sua família para orientar sobre o significado, os objetivos e a organização da medida, bem como para apresentar a unidade e a equipe multiprofissional. Esse acompanhamento é guiado pelo Plano Individual de Atendimento²⁵ (PIA), construído como próxima etapa. Ele é um instrumento pedagógico, que apesar de terem críticas referentes ao curto prazo de realização, a sua mecanicidade e limitações, norteia o atendimento socioeducativo.

O PIA contém duas dimensões, uma dimensão avaliativa interdisciplinar e dimensão de planejamento operativo. Elas reúnem aspectos da vida do adolescente que vão desde o ato infracional, a relação com os familiares e com a comunidade, situações de risco, à questões de saúde, educação, assistência social, esporte,

²⁴ O documento encontra-se no arquivo interno das UAMA.

²⁵ O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento que norteia as ações a serem realizadas para viabilizar a proteção integral, a reinserção familiar e comunitária e a autonomia de crianças, adolescentes afastados dos cuidados parentais e sob proteção de serviços de acolhimento. É uma estratégia de planejamento que, a partir do estudo aprofundado de cada caso, compreende a singularidade dos sujeitos e organiza as ações e atividades a serem desenvolvidas com a criança/adolescente e sua família durante o período de acolhimento. (BRASÍLIA,DF, 2017, p. 5).

cultura, lazer, profissionalização, relações afetivas, abrangendo aspectos objetivos e subjetivos. A primeira dimensão

Engloba dados sobre o motivo do acolhimento, as referências sociais e familiares, os direitos ameaçados ou violados, as necessidades particulares, os valores, os desejos, as dificuldades e medos, os sonhos, as aspirações, o potencial e as aptidões da criança/adolescente, seu desenvolvimento e suas mudanças antes e depois do acolhimento (BRASÍLIA, DF, 2017, p. 5)

Já a segunda engloba a criação de metas e objetivos, bem como a definição dos responsáveis por sua realização. É importante destacar que para seu cumprimento a responsabilização é dividida, segundo as possibilidades e propósito, entre os adolescentes, pais ou responsável, pela equipe e também pelas políticas setoriais – reforçando o caráter interdisciplinar da medida socioeducativa.

O acompanhamento socioeducativo é subjetivo na medida em que cada equipe escolhe a forma de desenvolvê-lo e trabalhar os temas propostos no PIA, sendo mais que ético e necessário respeitar as legislações em vigor e os parâmetros previstos no SINASE. No caso da UAMA Paranoá, Unidade em que realizei dois semestres de Estágio obrigatório Supervisionado, existe uma qualidade que merece ser destacada: a realização de atividades coletivas.

As atividades em grupo não substituem os atendimentos individuais, mas reconhecem as potencialidades de abordar temas comuns de forma dinâmica, lúdica e coletiva. É preciso avaliar algumas questões determinantes na realização e êxito dos projetos coletivos: a organização e adesão – não só da presença, mas no envolvimento da ideia – da equipe como um todo, na mobilização dos adolescentes e uma filtragem de aderência dos adolescentes e quando necessário da família.

É importante pontuar que por conta dos desafios que existem em qualquer ação educativa realizada, por requerer uma capacidade de organização, empenho e mobilização e também por abordar temas de uma forma lúdica, os projetos coletivos não são preferenciais na forma de atendimento socioeducativo. Ainda mais se tratando de temas que envolvam esporte, lazer e cultura, como falado no capítulo anterior.

Na UAMA Paranoá têm-se alguns exemplos de atividades coletivas que já acontecerem e ainda acontecem. Grupo de mulheres, Cine-UAMA, projeto Audiovisual, *Futebol das Quebradas*, Guerreiros da Periferia, Horta (Semear), além do Grupo de Famílias. Uma nova proposta de atendimento e articulação das

temáticas do PIA está sendo experimentada por meio do destrinchamento dos eixos em momentos coletivos e de forma dinâmica.

Durante a experiência no estágio pude participar de alguns desses e ver a forma horizontal como são construídos, envolvendo as considerações dos adolescentes e participação dos mesmos na construção dos projetos. E também as possibilidades de intervenção abertas nesses momentos, que geram aprendizados para os servidores e para os socioeducandos. O projeto *Futebol das Quebradas*, o que mais me envolvi de forma a ser escolhido para ser abordado no Projeto de Intervenção de Estágio e no Trabalho de Conclusão de Curso, objeto deste trabalho.

O Eixo Esporte, Cultura e Lazer dos Parâmetros Socioeducativos do SINASE prevê 1) consolidar parcerias com as Secretarias de Esporte, Cultura e Lazer ou similares visando o cumprimento dos artigos 58 e 59 do ECA; 2) propiciar o acesso a programações culturais, teatro, literatura, dança, música, artes, constituindo espaços que possibilitam a vivência de diferentes atividades culturais e artísticas, e também de favorecimento à qualificação artística, respeitando as aptidões dos adolescentes; 3) assegurar e consolidar parcerias com Secretarias estaduais e municipais, órgãos e similares responsáveis pela política pública, ONGs e iniciativa privada no desenvolvimento e oferta de programas culturais, esportivos e de lazer aos adolescentes; 4) propiciar o acesso dos adolescentes a atividades esportivas e de lazer como instrumento de inclusão social, sendo as atividades escolhidas com a participação destes e respeitados o seu interesse; 5) assegurar no atendimento socioeducativo espaço a diferentes manifestações culturais dos adolescentes; 6) possibilitar a participação dos adolescentes em programas esportivos de alto rendimento, respeitando o seu interesse e aptidão (exceto internação provisória); 7) promover por meio de atividades esportivas, o ensinamento de valores como liderança, tolerância, disciplina, confiança, equidade étnico-racial e de gênero; e 8) garantir que as atividades esportivas de lazer e culturais previstas no projeto pedagógico sejam efetivamente realizadas, assegurando assim que os espaços físicos destinados às práticas esportivas, de lazer e cultura sejam utilizados pelos adolescentes (CONANDA, 2006).

O Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal Meio Aberto no tópico de Proposta de Atividades/Ações também contempla a realização de projetos voltados ao esporte e lazer: Realização de atividades coletivas com os adolescentes; Promoção do protagonismo juvenil, reconhecendo e

criando bases para o aperfeiçoamento das potencialidades dos adolescentes como atores políticos; Indicação de possíveis atividades de lazer, responsabilizando-se pelos devidos encaminhamentos do socioeducando aos serviços públicos disponíveis, sempre buscando o envolvimento de organizações da comunidade; Realização de encaminhamentos e desenvolvimento de estratégias para proporcionar aos adolescentes e suas famílias o entendimento das políticas como direito, proporcionando o exercício da cidadania (BRASÍLIA, DF, 2013).

Não só nessas legislações citadas, mas o pensamento que prioriza a proposta pedagógica no atendimento socioeducativo e que é argumento para a realização de projetos coletivos, especificamente o futebol, pode ser observado em vários outros documentos referentes à socioeducação. Inclusive por contemplar outros eixos e parâmetros do SINASE. Porém, apesar de compreender a importância das legislações para o embasamento da prática, neste trabalho será abordado também outro olhar: o olhar da construção humana, dos sonhos, dos desejos e do entusiasmo.

“O raxa é de lei toda sexta”. O futebol, como já falado, é um dos esportes mais populares no Brasil, principalmente para adolescentes de periferia. Perpassa tanto o sonho de se tornar jogador profissional, quanto à diversão e interação na rua. Esse é um primeiro ponto que torna o Projeto viável de acontecer: a aderência dos adolescentes. Futebol é um esporte que toca o coração e está no campo da motivação e do entusiasmo.

Outro ponto que viabiliza a existência do Projeto é o envolvimento da equipe com a ideia. Apesar de não serem todos os servidores que conduzem, toda a equipe aprova, está presente quando necessário e nos torneios, compartilha de decisões mais amplas e é informada sobre os acontecimentos durante a atividade.

O Projeto *Futebol das Quebradas* é uma articulação da UAMA Paranoá (Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal) com a parceria de professores de educação física do Programa Esporte à Meia Noite (Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal) e da Administração Regional do Paranoá que cede a Quadra Coberta para a realização.

O Projeto oferece: a) realizar um aquecimento corporal, prévio à disputa de rachas ou treinos táticos; b) uma breve roda de conversas na qual são pactuadas regras de funcionamento e transmitidas informações ao grupo; c) treinos técnicos e táticos que promovam desenvolvimento físico e aprimoramento técnico pessoal e

senso de responsabilidade e de jogo em equipe, com vista a se formarem ao menos duas equipes competitivas para disputa de campeonatos e jogos amistosos, dentro e fora do Paranoá/Itapoã; e) distribuição das equipes com base em critérios coletivamente pactuados em assembleias com os participantes; f) participação em “raxas” (jogos de 10 minutos de duração ou 2 (dois) gols, o que advier primeiro) sob supervisão de árbitros qualificados (professores do programa Esporte à Meia Noite); e) orientação para eventuais participações em testes/peneiras; f) possibilidade de oferecer uma atividade coletiva para egressos do sistema socioeducativo, bem como para membros da comunidade interessados na atividade, não necessariamente judicialmente vinculados ao programa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade executado pela UAMA Paranoá.

O futebol acontece uma vez por semana, às sextas-feiras de 9h30 às 12h. Seu objetivo geral é oferecer um espaço-tempo propício à realização de atividades socioeducativas qualificadas, mediante a realização de encontros desportivos/recreativos regulares com os adolescentes e jovens vinculados a esta UAMA, tendo como participantes tanto os socioeducandos quanto os socioeducadores, contando essas atividades como parte do acompanhamento previsto desses socioeducandos em cumprimento de medida socioeducativa, bem como ofertar vagas no projeto para demais membros interessados da comunidade.

Dessa forma, o Projeto é uma possibilidade de atendimento as medidas socioeducativas que traz várias contribuições para os adolescentes e para os servidores. Para organizar a escrita dessas diversas percepções que foram identificadas durante o processo do estágio curricular, serão divididos pontos a serem destacados.

O primeiro é a forma como ele foi construído. Ainda com poucos adolescentes, cerca de 4 ou 5, e alguns servidores em 2016. As regras (horário, dinâmica de organização, do próprio jogo, de procedimentos com pessoas da comunidade) foram pactuadas coletivamente. A presença dos adolescentes nesse momento revela a forma horizontal de trabalhar, garantindo a autonomia e participação real dos mesmos.

A segunda é a efetivação dos princípios das medidas socioeducativas de integração dos adolescentes e da comunidade e fortalecimento da rede. O Projeto oferece a atividade também para os adolescentes da comunidade, tanto na Quadra Coberta, quanto as atividades externas que serão abordadas abaixo. Como um

procedimento pactuado, é requerido o preenchimento de uma ficha de dados, contendo informações básicas desses adolescentes. Cabe ressaltar que já houve dias em que a quantidade de meninos da comunidade foi maior que de socioeducandos e que essa divisão é feita apenas para o controle de organização, pois na forma de tratamento por parte dos próprios adolescentes e dos servidores não existe.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.

O terceiro ponto, que envolve esses dois princípios citados, é a articulação com outros times e as atividades externas realizadas. No final de cada semestre, para fechamento do Projeto, é realizado o Torneio de Futebol, que já está em sua quinta edição. Nele são convidados times de outras UAMAs – como já foram UAMA Ceilândia, UAMA Plano Piloto e UAMA Planaltina –, do Ensino Médio, da Clínica RM e do CEM 414 da Samambaia. O Torneio conta com, além das partidas de futebol, apresentações culturais intercaladas (Batalha de Rima do Paranoá e grupo de dança/break “Xeque Matte”), música, lanche, premiação e muita diversão.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.

A interação dos adolescentes no contexto comunitário é um grande potencial e é também observada nas atividades externas. A relação de parceria estabelecida com os outros times possibilitou jogos fora da Quadra Coberta, na Clínica RM, no CEM 414 da Samambaia e na Universidade de Brasília. Cabe destacar que o

Projeto de Intervenção “Esse lugar também é meu”²⁶ foi proposto a realização da atividade no Ginásio da Universidade de Brasília seguida de uma roda de conversa com os adolescentes sobre as formas de ingresso e um olhar político sobre a Universidade.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.

²⁶ O Projeto “Esse lugar também é meu” é o Projeto de Intervenção da disciplina de Estágio Supervisionado 2. Implementado por uma atividade externa na Universidade de Brasília com um amistoso entre a UAMA x CEM 44 da Samambaia e finalizado com uma roda de conversa sobre a UnB. O objetivo foi proporcionar aos adolescentes um espaço-tempo de lazer que possibilitem a expressão, a reflexão, troca de conhecimentos e a convivência coletiva.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.

Ressalto também que na escrita não cabe a euforia, a alegria, o entusiasmo, o trabalho, os desafios e o ânimo presente em cada partida, Torneio e a atividades externas, nem os desdobramentos no âmbito individual e subjetivo de cada pessoa envolvida. Pode-se observar pela aderência, continuidade e engajamento dos adolescentes no Projeto, bem como o sucesso em cada momento.

O quarto ponto a ser destacado é a oportunidade da convivência para o desenvolvimento e controle das emoções. O futebol oferece um espaço que os adolescentes lidam com o sentimento de raiva e competitividade, em que as

orientações dos professores e dos servidores fazem a diferença na construção de um espaço-tempo de paz e fraternidade. Além disso, é um momento em que as habilidades esportivas que envolvem o corpo, o físico e a saúde também são trabalhados.

O quinto ponto é a oportunidade de criação de vínculos e estreitamento das laços com os socioeducandos. A dinâmica estabelecida e a interação permite um entrosamento maior com os adolescentes e a possibilidade de conversa sobre temas diversos, inclusive políticos. A UAMA Paranoá e os servidores tornaram-se referências para eles, em questões documentais (identidade, carteira de trabalho, oportunidades de trabalho) e pessoas no âmbito relacional.

O sexto ponto é a presença de adolescentes egressos – que já cumpriram a medida. Pelo fato da medida socioeducativa ser temporária, a presença dos adolescentes é rotativa na medida em que ela acaba. O que é observado *no Futebol das Quebradas* é que, por mais que tenha a característica da rotatividade, adolescentes egressos continuam a frequentar, inclusive aqueles que participaram do primeiro dia do Projeto.

Outro ponto a ser destacado é a possibilidade de ingresso em escolas de futebol profissionais. Os professores e os servidores informam os adolescentes sobre as oportunidades de “peneiras” quando surgem e mobilizam os adolescentes, levando-os e organizando essa dinâmica. Tiveram casos de adolescentes que viajaram para outros lugares do Brasil para participar das peneiras.

O oitavo ponto é sobre as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. Como a PSC tem outra proposta, a realização de um determinado serviço, a participação dos adolescentes no futebol é dirigida como atividade para os que cumprem LA, mas não restringindo aqueles que têm interesse. Como forma de interação das medidas, a UAMA Paranoá ofertou uma PSC de construção de um vídeo sobre o Projeto *Futebol das Quebradas* com a parceria do Projeto MESCLAR²⁷.

O nono ponto é a dinamicidade para os servidores. O atendimento socioeducativo, por meio também de projetos coletivos, dinamiza a relação entre

²⁷ O Projeto MESCLAR Lazer e Cultura Corporal é um projeto de extensão da FEF-UnB que teve início em abril de 2016. É uma iniciativa acadêmica que visa a problematização da relação entre o Lazer e a Cultura Corporal como objeto de construção do conhecimento e de intervenção social conjugada à experiência estética e a práticas lúdicas, educativas, artísticas e esportivas. Possui uma organização teórico metodológica que intenciona o trabalho coletivo e a auto-organização em intervenções, performances, oficinas e pesquisas.

socioeducador-socioeducando. Com o futebol, o entretenimento ultrapassa o destino dos adolescentes, chegando também para os servidores que conduzem a atividade. Não só a diversão, mas a facilidade no vínculo, a criação de uma instituição referência e as possibilidades de intervenções são elementos que contribuem positivamente para o trabalho.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.

Apesar dos pontos positivos que o futebol pode proporcionar, é necessário falar sobre os desafios. A falta de incentivo da Secretaria em oferecer condições para o acontecimento do Projeto é um deles. Em questões de materiais esportivos (uniforme, chuteiras, luvas, bolas, cones, bomba de ar, dentre outros) e também de alimentação. No início, a UAMA Paranoá recebia a alimentação, porém esse auxílio foi cortado. A busca é pela visibilidade do Projeto e pela garantia de recursos que possibilitem sua continuidade. A existência de possíveis conflitos pode ser um desafio, mas que é bem monitorado pela equipe e sua capacidade de intervenção e construção de um ambiente fraterno.

O Projeto, portanto, é uma forma de promover o acesso ao lazer e a cultura por meio do Futebol: uma atividade desporto-recreativa e qualificada, que possibilita

aos adolescentes um desenvolvimento pessoal e coletivo, reconhecendo neles a capacidade de apreender o mundo e projetá-lo por meio da diversão e da responsabilidade.

O Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer é um baluarte do movimento dos direitos humanos na medida em que garante à criança e ao(à) adolescente o acesso ao conhecimento histórica e culturalmente construído, permitindo-lhe o desenvolvimento integral. Tendo por base os pilares da educação preconizados pela UNESCO para o século XXI, pela Educação, Cultura, Esporte e Lazer fica assegurada à criança e ao(à) adolescente a oportunidade de aprender a SER, de aprender a Conhecer, de aprender a Fazer, de aprender a Conviver e também de aprender a Sonhar, aprendizagens essas precursoras das competências nas dimensões pessoal, cognitiva, produtiva, social e relativa ao projeto de vida. (ASINALLI-LUZ, 2009)

É necessário destacar aqui a importância e necessidade de atividades de lazer e artístico-culturais que propiciem a exploração da criatividade, da consciência, da reflexão, da responsabilidade, da coletividade, da autoestima e da autonomia. São formas de desenvolvimento de habilidades e de construção de uma consciência cidadã e convívio coletivo, se percebendo enquanto protagonistas e seres humanos sociais e políticos. Além do desenvolvimento pessoal, corporal, emocional, intelectual e social, é necessário para a saúde mental e física dos adolescentes.



Foto retirada da página oficial do Facebook da UAMA Paranoá. Dezembro, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil possui uma configuração social, cultural, econômica e política particular advinda do processo histórico da colonização-escravização, da consolidação do capitalismo e suas formas de manutenção e desenvolvimento até os dias atuais. A lógica capitalista baseada na busca incessante pela lucratividade e no incentivo ao mercado, além das manifestações veladas e não veladas do racismo, são intensificadas pelo advento do neoliberalismo a partir da década de 90.

As consequências para as relações sociais é a criação de um modelo hegemônico de pensamento que limita, estigmatiza e domina o que é diferente. Dessa forma, o sistema socioeducativo, assim como o lazer, o esporte e a cultura são áreas que são impactadas e têm suas concepções antagônicas e dialéticas em constante disputa.

A socioeducação é um campo no qual entendimento a partir de uma visão punitivista, repressiva, violenta e violadora de direitos é predominante. A disputa é pela prevalência da concepção pedagógica que leve em consideração a garantia de direitos e a efetivação dos princípios, diretrizes e parâmetros previstos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e em outras legislações referentes ao sistema socioeducativo. A resistência é a solução diante do cenário de intensificação de propostas e pensamentos conservadores – como a Redução da Maioridade Penal – e de desmonte de direitos duramente conquistados.

O lazer, o esporte e a cultura também são áreas que são atingidas pela dinâmica capitalista de existir e essa configuração também influenciam no sistema socioeducativo. A hierarquização de modos de vida – incluindo toda a complexidade e a diversidade de elementos que compõe o ser humano: valores, comportamentos, simbologias, atitudes –, bem como o estímulo ao modo consumista reflete também na forma de lidar com o esporte e o lazer. Esses campos, quando não estigmatizados e considerados como atividades ociosas, são apropriados pela lógica capitalista e transformados em mercadoria. Destinado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa a situação piora: ou “marginais” podem descansar e se divertir?

Tendo em vista essas considerações, o atendimento socioeducativo deve ser realizado de forma que contribua verdadeiramente e positivamente na vida dos

adolescentes. Mesmo entendendo a condição de incompletude institucional da política de socioeducação, sendo necessária a integração das diversas políticas (assistência social, educação, segurança, transporte, lazer, esporte, saúde, trabalho, entre outras) para sua efetivação real, é preciso criar e apostar em atendimentos socioeducativos criativos.

Entende-se, portanto, que projetos coletivos que visem a dinamização na abordagem de temas previstos no PIA e de interesse dos adolescentes de forma lúdica e pedagógica, com uma metodologia que seja democrática e respeite a condição humana dos adolescentes devem ser incentivados. Uma dessas possibilidades é o *Futebol das Quebradas*, objeto deste trabalho.

Este trabalho pretendeu compreender de que forma esse Projeto contribui no atendimento socioeducativo para os adolescentes e os servidores da UAMA Paranoá. As percepções do Estágio Supervisionado Obrigatório em Serviço Social, do Projeto de Intervenção e das suas articulações com as legislações em vigor foram utilizadas para analisar o objeto.

Dessa forma, é confirmada a hipótese de que o desenvolvimento de projetos coletivos e atividades em grupos, mais especificamente o projeto o de futebol, contribui para maior adesão ao cumprimento da medida socioeducativa. Além de tornar esse processo mais atrativo e interessante para a dinamização do trabalho profissional e para o desenvolvimento de habilidades e formação de uma identidade humana, social, cultural, política dos/as adolescentes atendidos/as.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASINALLI-LUZ, Araci. **Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer**. 21 de setembro de 2009. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=440>>. Acesso em: 01 de julho de 2017.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. 3. Ed. Florianópolis: Insular, 2015.

BRASIL, **Resolução N.º 119, de 11 de dezembro de 2006**.

BRASIL, **Resolução N.º 5, de 14 de junho de 2005**, Conselho Nacional do Esporte. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/politicaNacional/politicaNacionalCompleto.pdf>.

BRASIL. **Política Nacional do Esporte**. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/arquivos/conselhoEsporte/legislacao/polNacEsp.pdf>.

BRASÍLIA, DF. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016.

BRASÍLIA, DF. **Orientações para Elaboração do Plano Individual de Atendimento De Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2017.

BRASÍLIA, DF. **Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal Meio Aberto**. Secretaria da Criança, Subsecretaria do Sistema Socioeducativo. Brasília, DF: 2013.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Lazer, Cultura e Educação: reflexões nada aleatórias sob a ótica da Educação Física**. In: Lazer, cultura e educação: contribuições ao

debate contemporâneo. / organizadores, Fernando Mascarenhas, Ari Lazzarotti Filho. – Goiânia : Editora UFG, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia** . In: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires : CLACSO, 2008. Disponible en: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. Brasiliense, 1993.

CONANDA. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

DA COSTA, Cândida. **Dimensões da Medida Socioeducativa: entre o sancionatório e o pedagógico**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 1, 2015.

FIGUEIREDO, Pedro Osmar Flores de Noronha. **Política e formação: o programa esporte e lazer da cidade no Distrito Federal e entorno**. 2009.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. 2008.

FRASSETO, Flávio Américo. **Execução da medida socioeducativa de internação: primeiras linhas de uma crítica garantista**. In: Justiça adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização. São Paulo: ILANUD, 2006.

GODOY, LETÍCIA. **O sistema nacional de esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

GOMES, Nilma Lino et al. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal, v. 10639, n. 03, 2005.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. EDIÇÕES LOYOLA, São Paulo, Brasil, 2008.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**/Mauro Luis Iasi. São Paulo: CPV, 1999.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista Outubro, v.1, n. 01, 1995

LUCENA, João Paulo Freitas. **O assistente social e a política de cultura: reflexões sobre a inserção do profissional de serviço social**. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/o-assistente-social-e-a-politica-de-cultura-reflexoes-sobre-a-insercao-do-profissional-de-servico-social.pdf>>. Acesso em: 01 de julho de 2017.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: Teses acerca da anatomia do lazer**. Campinas, SP. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. (Coleção temas sociais).

MOCELIN, Márcia Regina. **Adolescência em conflito com a lei ou a lei em conflito com a adolescência**. Appris Editora e Livraria Eireli-ME, 2016.

MOURA, Clovis. **Sociologia do Negro no Brasil**. Editora Ática S.A., São Paulo, 1988.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

UNESCO. **O esporte como possibilidade de desenvolvimento**. – Brasília: UNESCO, Fundação Vale, 2013. – (Cadernos de referência de esporte; 7).

OLIVEIRA, Julia Galiza de. **A concepção socioeducativa em questão: entre o marco legal e limites estruturais à concretização de direitos do adolescente**.

2010. 114 f. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVEIRA, Júlia Galiza de; ORTEGAL, Leonardo Rodrigues de Oliveira. **Por que somos contra a redução da maioria penal?**. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB), p. 1-5, 2018.

ORTEGAL, Leonardo Rodrigues de Oliveira. **A medida socioeducativa de liberdade assistida: fundamentos e contexto atual**. 2010. Tese de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)–Universidade de Brasília, Brasília.

PADILHA, Valquíria. **Trabalho, lazer e consumo nas sociedades contemporâneas**. In: Lazer, cultura e educação: contribuições ao debate contemporâneo. / organizadores, Fernando Mascarenhas, Ari Lazzarotti Filho. – Goiânia : Editora UFG, 2010.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes**. – São Paulo : Cortez, 2016.

Pereira, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas: subsídios a crítica dos mínimos sociais**. – 6.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Alternativas socialistas às políticas sociais neoliberais**. Revista Ser Social, n. 13, p. 195-222, 2003.

PRONI, Marcelo Weishaupt et al. **Esporte espetáculo e futebol-empresa**. 1998.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. : CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2005.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil.** (2nd. Ed., Vol. 1) São Paulo: Cortez, 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA. **Fluxo de Atividades das Unidades de Atendimento em Meio Aberto**, 2014.

VERONSE, Josiane RosePetry; DA SILVA LIMA, Fernanda. **O sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações.** Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, v. 1, n. 1, 2015.